

BOATWRIGHT, Mary T.; GARGOLA, Daniel J.; TALBERT, Richard J.A. *The Romans. From Village to Empire. A History of Ancient Rome from Earliest Times to Constantine*. New York, Oxford: Oxford University Press. 2004. 1. Early Italy: 1-31; 2. The First Centuries: 32-57. Tradução: Daniela Puccini. Tratamento de imagens: José Luiz de Magalhães Castro.

Os Romanos De Cidade a Império

Capítulo 1 – Itália Antiga

Séculos antes da formação das cidades, a Itália era uma terra de aldeias e sua vida era influenciada pelo mundo exterior somente ocasionalmente. A vida urbana apareceu aqui muito tempo depois de ter se formado em outras partes da bacia do Mediterrâneo. Ao longo do tempo, alguns povoados foram lentamente se tornando maiores e mais complexos social, econômica e politicamente, e os mais importantes dentre os povoados e cidades mais altamente estruturados tornaram-se renomados através de suas conexões com o resto do mundo mediterrânico. Nos séculos VII e VI a.C., algumas comunidades adquiriram o status de cidades, com elaborados sistemas sociais, templos e edifícios monumentais, e espaço público definido; outras comunidades seguiram este modelo alguns séculos mais tarde. Esses centros urbanos permaneceriam por muito tempo como os principais centros de poder na Itália.

Itália e o Mediterrâneo

A Itália é uma grande península que mede pouco menos de 100 mil milhas quadradas (260 mil km²), que se estende a partir do norte do Mar Mediterrâneo, ou seja, da sua costa europeia. Ao norte, os Alpes dividem a Itália do restante da Europa. Ao sul, o vale do Pó (em latim, *Padus*) – o maior rio da Itália – contém terras com grande potencial agrícola. Com exceção das planícies ao longo da costa leste, os Apeninos separam o vale do Pó do restante da Itália. A Itália peninsular começa ao sul do vale do Pó. A península possui aproximadamente 650 milhas de extensão (1.040 km) e não mais que 125 milhas de largura (200 km); o mar está quase sempre bem próximo. Os Apeninos predominam na península. Em sua extremidade noroeste, onde se encontram os Alpes ocidentais e o mar, essas montanhas correm quase que diretamente para o leste em uma linha estreita e praticamente contínua, que quase alcança o mar Adriático; esta porção de cordilheira separa o vale do Pó da Etrúria, um antigo centro de vida urbana. Quando ela alcança a costa leste, as montanhas desviam bruscamente para o sul, correndo em séries cadeias paralelas que em alguns lugares alcançam quase 10 mil pés de altitude (3 mil metros). Na sua metade norte, a principal cadeia fica bem mais próxima do Adriático do que do mar Tirreno no lado oeste da península. Ao sul de Roma, no entanto, a cadeia montanhosa gradualmente se afasta da costa leste e se aproxima do oeste, terminando no promontório sudoeste de Bruttium. As montanhas na ilha da Sicília, separada do continente somente por um pequeno

estreito, são uma continuação desta cadeia, que por fim reaparece nas montanhas da Tunísia, Argélia e Marrocos, no norte da África.

Os primeiros grandes centros de população e civilização surgiram nas regiões costeiras. A costa adriática, com poucos portos e pequenos espaços para ocupações em larga escala, foi por muito tempo retardatária. Por grande parte de sua extensão, os Apeninos não deixavam mais que uma estreita planície costeira. Somente ao sul, onde as montanhas se aproximam mais da costa do Tirreno do que do Adriático, há planícies mais amplas. Grande parte do planalto da Apúlia, no entanto, é semi-árido; somente uma pequena parte dos vales de rios aqui são suficientemente férteis e bem munidos de água para suportar populações substanciais. O litoral sul da península (Jônia) também possui algumas planícies estreitas e semi-áridas. As montanhas do Bruttium confinavam algumas comunidades costeiras. Ainda assim, em algumas áreas mais favorecidas, terra e água suficientes podiam ser encontradas para ocupações maiores. Cidades apareceram bem cedo aqui, e algumas tornaram-se ricas e importantes.

A costa oeste era a mais favorecida. Aqui, terras férteis e bem abastecidas de água comprovaram ser capazes de suportar grandes populações, muitas baías deram acesso ao mar, e quatro rios – Arnus (atual Arno), Tiberis (ou Tibre), Liris e Volturnus –, todos navegáveis por curtas distâncias em pequenos botes, barcas e jangadas, davam acesso fácil ao interior. Três das regiões que costeavam o mar Tirreno tiveram lugares notáveis na história da Itália antiga. A Etrúria, a terra dos antigos etruscos, fica mais ao norte; esta região de montes férteis, florestas e lagos, a grosso modo encerrada entre os rios Arno e Tibre, viu alguns dos mais antigos centros de vida urbana. Duas importantes planícies ocupam a costa ao seu sul. Primeiro vem o Lácio. Do leste para o oeste, a planície latina corre do mar para os pés das montanhas dos Apeninos. Do norte para o sul, ela cobre a extensão da costa entre o baixo rio Tibre e os limites norte da Campânia. Roma propriamente pode ter nascido aqui sobre as margens do Tibre, exatamente através do rio a partir dos centros etruscos mais ao sul. Sobre o centro da Baía de Nápoles e seu interior, a planície da Campânia é a que fica mais ao sul dentre as três regiões.

As montanhas e mares ao redor não isolam a península. Embora os Alpes pareçam enormes do lado italiano, movimentos de larga escala através deles sempre foram possíveis, e os habitantes do vale do Pó frequentemente tiveram estreitas ligações culturais e relações estáveis e amigáveis com grupos através das montanhas do norte - mais do que com os povos ao sul. Desde períodos antigos, navios viajavam da Itália pelo Mediterrâneo, transportando bens, povos, idéias e instituições. Muito deste tráfico era somente local, mas ao longo do tempo o comércio a longas distâncias se desenvolveu e floresceu. Antes de Roma conseguir dominar a península, conexões marítimas floresceram apenas intermitentemente ao longo do Adriático, embora na embocadura do rio Pó tenha havido ocasionalmente muito comércio. Os litorais sul e oeste da península eram mais abertos. Havia bons portos ao longo dos mares jônico e do Tirreno, e as planícies mais ricas e extensas forneciam terras valiosas.



Mapa 1.1 – Itália e Sicília.

A Itália ocupa um ponto estratégico no mundo mediterrâneo. A ilha da Sicília, fora da ponta sudoeste da península, divide o mar Mediterrâneo em dois, e o tráfego marítimo entre o leste e o oeste passa necessariamente pela ilha. Navios que procuravam adentrar o mar Tirreno a partir do mar Jônico ou da Sicília tinham de passar pelo estreito de Messina antes que pudessem prosseguir para o norte ao longo da costa italiana ou para o oeste ao longo do litoral norte da Sicília. Esta passagem podia ser perigosa: escritores gregos localizariam ali o redemoinho Charybdis e o monstro Scylla, que devorava a tripulação dos navios. Outras importantes rotas passavam ao sul da ilha, eventualmente afunilando-se através da passagem entre o oeste da Sicília e o cabo Bom, na moderna Tunísia, por volta de 100 milhas de distância (160 km). A ilha pôde também servir como uma verdadeira ponte entre a Itália e o norte da África, facilitando o tráfego norte-sul

através do Mediterrâneo central. Em períodos posteriores, potências marítimas frequentemente lutaram pelo controle da ilha, e o Estado que por último a dominasse poderia expandir-se para leste e oeste com certa facilidade.

As evidências

Investigações arqueológicas fornecem evidência para a história da Itália antes do aparecimento das cidades e dos estados organizados, porque a escrita desenvolve-se somente quando a vida urbana está emergindo. Os vestígios materiais de culturas antigas podem lançar luz sobre importantes aspectos das sociedades: como os povos se organizaram e construíram suas casas e suas habitações; de que modo eles se sustentavam; os objetos que faziam e como eram utilizados; os contatos comerciais e culturais que eles estabeleceram com vizinhos e com povos mais distantes. À primeira vista, além disso, a recuperação de evidências físicas da vida dos habitantes mais antigos parece evitar muitos dos problemas associados à interpretação de textos quase sempre tendenciosos e ideologicamente carregados (ver Capítulo 2).

Mas a evidência arqueológica também possui suas próprias limitações. Poucas atividades deixam traços físicos claros, e os vestígios muitas vezes são difíceis de se datar e interpretar. Os arqueólogos, além do mais, muitas vezes restringem suas investigações a um número limitado de sítios. Deste modo, sepulturas e edifícios públicos monumentais por muito tempo receberam mais atenção do que casas e estabelecimentos comuns. Agora os arqueólogos focam-se mais em ocupações e casas, e regularmente empregam levantamentos de superfície – envolvendo o exame sistemático de traços da superfície deixados por séculos de uso humano – para aprender mais sobre padrões de ocupação. Ao mesmo tempo, para lançar luz sobre o meio ambiente e a economia, pesquisadores em escavações procuram recolher restos de plantas e animais e os submetem a análises cada vez mais sofisticadas. Mas há ainda limites a essas abordagens. Muito da vida permanece inacessível. Escavações e levantamentos geralmente revelam mais sobre a tecnologia, os padrões de assentamento e a economia das sociedades do que sobre os acontecimentos que moldaram os habitantes de uma dada comunidade, sobre as instituições políticas e sociais e as práticas que organizaram suas vidas, e sobre o sistema de crenças que guiou as relações com os vizinhos, membros da família, governantes e governados.

Esta necessária ênfase nos aspectos material, técnico e econômico das comunidades tem uma mais profunda e importante consequência: os arqueólogos geralmente identificam “culturas” com base em um número de características, práticas e formas compartilhadas em rituais funerários, na tecnologia, em bens materiais e na vida econômica; mas essas culturas arqueológicas não podem ser confundidas com culturas definidas através de outros meios. Afinal, grupos que diferem de muitas maneiras podem construir edifícios similares, podem fazer instrumentos e ornamentos praticamente idênticos e podem ganhar a vida da mesma maneira em muitos aspectos. Em outras palavras, artefatos e técnicas podem atravessar fronteiras étnicas, linguísticas e políticas. Culturas arqueológicas, portanto, são coleções de características de bens materiais, de tecnologia, de práticas funerárias, de formas de assentamento e da vida econômica. Não são unidades políticas ou linguísticas, nem é necessário que possuam uma única identidade étnica, mesmo aos seus próprios olhos e na opinião de seus vizinhos.

Por fim, o significado mais amplo dos achados nem sempre são explícitos, e podem surgir grandes problemas de interpretação. Muitos dos objetos mais significativos recuperados foram encontrados em sepulturas. Os ritos de enterramento de muitas comunidades antigas exigiam que certos bens fossem enterrados com o morto, mas a medida em que as sepulturas e que tais bens refletem a organização da sociedade é controversa. Alguns sepultamentos, por exemplo, são mais ricos do que outros em um mesmo cemitério, e a inferência mais comum é de que o morto, em vida, gozou de riqueza e status. Em outros cemitérios, os sepultamentos podem ter formato e conteúdo muito similares. Neste caso, os especialistas muitas vezes sugerem que os povoados associados tinham uma estrutura social mais igualitária. Nenhuma dessas inferências são certas: sepultamentos são vestígios de um rito funerário, e o costume ou crença podem ter tido, no enterro, influência maior do que outros fatores. Ao mesmo tempo, está longe de ser certo que todos os membros do povoado receberam sepultamentos oficiais do tipo que deixou traços detectáveis e datáveis no registro arqueológico. O que sobrevive, portanto, pode ser a evidência de práticas de apenas uma porção dos habitantes de uma cidade ou povoado associados a um cemitério particular. Depósitos votivos, outra importante categoria de evidência, fornece problemas similares de interpretação. Na Itália e em muitos outros lugares do Mediterrâneo, adoradores depositaram objetos em locais sagrados para cumprir uma promessa ou para agradecer ao deus que preside o santuário por alguma graça. Quando estes santuários, templos, grutas ou bosques ficavam cheios de presentes, os responsáveis liberavam espaço enterrando as oferendas. De novo, os achados iluminam principalmente a gama de objetos que se supõe serem adequados como um presente a um deus, embora possam também revelar algo sobre os tipos de objetos disponíveis na comunidade e sobre as técnicas envolvidas em sua manufatura.

A Itália antes das cidades

O padrão básico de vida econômica e social na Itália peninsular foi estabelecido cedo. Por séculos depois do primeiro aparecimento da agricultura, por volta de 4000 a.C., a Itália era uma terra de povoados com formas simples de organização econômica e social. Os povoados eram muito pequenos, geralmente com não mais que poucas cabanas e construções anexas e menos de cem habitantes. Os aldeões plantavam cevada e vários tipos de trigo, e criavam ovelhas, cabras, gado e porcos. A tecnologia era simples, e são poucos os sinais de especialização. Por milênios, as comunidades italianas produziram cerâmica de vários estilos e formas. Em outros tempos e lugares, a produção de cerâmica seria um artesanato altamente especializado, e os modelos que estavam em uso requeriam um alto grau de especialização, como o torno, que permitia formas mais regulares, e fornos de alta temperatura, que propiciavam superfícies mais resistentes e mais bem-acabadas. Na Itália, nem o torno nem os fornos de alta temperatura eram usados antes do aparecimento das cidades. Também nos séculos mais remotos, cerâmicas especializadas quase certamente não eram produzidas por meio de artesanato especializado; a manufatura da cerâmica, em outras palavras, era principalmente uma atividade doméstica. Instrumentos necessários à vida cotidiana eram geralmente feitos de madeira, ossos ou pedras.

A organização social e política dessas aldeias era relativamente simples e igualitária. Não há sinais de distinções marcadas de riqueza, nem há indicações de que os adultos viviam de modo acentuadamente diverso. Em outros lugares e

épocas, parentesco, idade e gênero muitas vezes serviam como o principal meio de regulação interna em comunidades desta escala. A existência de entidades “tribais” maiores é incerta; ligações entre povoados vizinhos podiam muito bem ser administradas no interior de estruturas de consanguinidade e de parentesco.

O uso dos metais fornece o único exemplo claro de técnicas mais sofisticadas e alguma especialização do artesanato. Por volta de 2000, instrumentos e ornamentos de cobre aparecem nos vestígios materiais. Na Idade do Bronze Antiga (c. 1800-1600) e Média (c. 1600-1300), uma gama limitada de instrumentos, armas e ornamentos era feita de bronze, uma liga de cobre e estanho. A metalurgia era um ofício especializado, pois requeria habilidade e organização: os materiais tinham de ser adquiridos, geralmente de lugares distantes, e os processos de refino do minério e fundição do metal exigiam conhecimento e habilidade. Na Idade do Bronze Média, por toda a Itália peninsular os artefatos de cobre exibem um padrão na forma e na técnica de manufatura; isto pode indicar que os especialistas se locomoviam de um povoado a outro em busca de mercado para seu ofício.

A metalurgia italiana também mostra influências de fora da península. Ao leste da Itália, nos Bálcãs e além, no II milênio a.C., já estavam fortemente estabelecidas sociedades complexas e altamente organizadas, governadas por reis auxiliados por elites burocráticas e militares. A civilização micênica, na Grécia, exercia considerável influência em algumas culturas da Europa central e do Mediterrâneo central e ocidental, motivada, ao menos em parte, pela necessidade de aquisição de metais. A cerâmica micênica apareceu na Sardenha, onde havia extração de cobre, antes ainda do século XIV a.C., e havia claros sinais de contato, provavelmente através de intermediários, com regiões produtoras de metal da Europa central e Bretanha. Por esta época, técnicas e estilos metalúrgicos exibiam alto grau de padronização por longas distâncias e em muitas sociedades, já que a busca dos micênicos por metais parece ter estimulado um movimento de artesãos e de objetos manufaturados entre as regiões de extração e as regiões manufatureiras da Europa central, Espanha, Itália e Grécia. Muitas comunidades italianas, menores e mais simples econômica, social e politicamente que suas contemporâneas do leste, provavelmente participaram deste universo somente de forma periférica. As trocas diminuíram bruscamente quando o poder micênico começou a declinar nos séculos XII e XI a.C.

As influências de fora não afetaram toda a Itália de modo homogêneo. Mercadores micênicos e colonizadores atuavam ao longo de alguns pontos da costa da Itália e da Sicília: achados de cerâmica foram encontrados espalhados ao longo da metade sul do litoral adriático, como também ao longo da costa do sul da Itália e pela sua costa oeste em direção norte até a Baía de Nápoles; ao longo da costa leste da Sicília e nas ilhas Lipari. No sul da Itália e leste da Sicília, onde as relações eram mais intensas, colonizadores do leste podem realmente ter fundado povoações. Aqui, comunidades locais podem também ter imitado alguns aspectos da organização social micênica: uma elite militar governante parece ter emergido em algumas comunidades, e em alguns lugares habitações maiores e mais elaboradas podem indicar a presença de governantes nativos. A Itália central não se desenvolveu tão rapidamente ou da mesma forma. Durante a Idade do Bronze Recente (a grosso modo, nos séculos XIII e início do XII a.C.), povoações nesta área cresceram em tamanho e número, uma indicação de que a população também estava em crescimento; um típico povoado podia então ter tido uma população de mais de cem habitantes. Os habitantes de muitos povoados estabeleceram suas moradias em montanhas, provavelmente por razões de

defesa, e ocasionalmente eles fortaleceram sua posição ainda mais com fossos e barreiras, uma prática que era pouco frequente anteriormente.

A Idade do Ferro na Etrúria, Lácio e Campânia

Começando no século IX a.C., ocorreu uma série de desenvolvimentos na Itália que levaram, por volta do século VII a.C., ao aparecimento das cidades que acabariam por dominar a história italiana. Os arqueólogos referem-se aos anos entre o começo do século IX a.C. e o último terço do século VIII a.C. como a Idade do Ferro. A extração de metal a partir do minério e o trabalho com o ferro exigia técnicas complexas e sofisticadas, e a produção do aço necessitava de um processo ainda mais elaborado. O ferro possui vantagens importantes sobre o bronze. O minério de ferro é relativamente comum, de modo que a aquisição deste metal requer um processo muito mais simples e barato; quando usado na forma de aço, ferramentas e armas são mais resistentes e mais capazes de manter o fio. Conseqüentemente, com o uso do ferro se poderia fazer produtos mais baratos, que seriam empregados para uma gama maior de funções e por uma porção maior da população. Por séculos depois da introdução do ferro, contudo, uma ampla gama de objetos, úteis ou de outra natureza, continuou a ser feita de bronze, madeira, osso e pedra.

Nos séculos IX e VIII a.C., a Etrúria, o Lácio e a Campânia viram o florescer de um grupo de culturas inter-relacionadas que finalmente se tornariam os maiores centros de poder e riqueza. Na Etrúria, a cultura da Idade do Ferro desses séculos é conhecida como "Vilanova", devido ao território próximo da atual Bolonha onde os arqueólogos primeiramente encontraram traços de sua cultura material. Além da Etrúria, povoações vilanovianas também aparecem em algumas áreas através dos Apeninos – tais como ao redor da moderna Bolonha, especialmente – e na Campânia, onde Cápua e outros centros mostram estreita conexão com o sul da Etrúria por mar e por terra por rotas que passam pelos vales dos rios Liris, Anio e Tibre. Uma das características mais significativas das culturas vilanovianas é o tamanho expandido de suas povoações. Começando por volta do ano 900, algumas começaram a tornarem-se maiores, em certos casos pelo abandono de antigos povoados e a concentração da população em poucos centros. Na maioria, esses lugares centrais ficavam sobre planaltos de fácil defesa, onde os aspectos naturais do sítio, ocasionalmente reforçados por fossos e barreiras, formavam a principal defesa. No sul da Etrúria, o qual tem sido mais profundamente pesquisado, povoações nos futuros sítios de Ceres, Tarquínia e Veios podem cada um ter atingido mais de mil habitantes. A julgar pela distância entre eles, os principais centros devem ter controlado territórios entre 350 e 750 milhas quadradas (900-1940 km²). Primeiramente, terras longe do centro devem ter sido habitadas somente de modo esparsa, mas por volta do século VIII a.C. algumas povoações maiores parecem ter fundado alguns povoados secundários e menores perto dos limites do seu território, talvez como uma forma de assegurar o controle de suas fronteiras, ou porque o centro principal estivesse então muito densamente habitado para acomodar a crescente população.

Em sua organização interna, estes povoados novos e maiores ainda permaneceram relativamente simples, consistindo de agrupamentos de cabanas separadas por pequenos espaços abertos. Cada um dos aglomerados menores que juntos formavam o todo pode ter representado um grupo familiar

ou habitantes de um povoado mais antigo, agora abandonado. Os povoados quase sempre tinham vários cemitérios, cada um usado por um grupo de cabanas ou por poucos grupos vizinhos, um sinal de que eles percebiam alguma identidade comum. A agricultura e a criação de porcos, gado, ovelhas e cabras continuaram sendo as principais atividades econômicas. A ausência do torno de oleiro provavelmente mostra que a manufatura da cerâmica ainda tinha de se desenvolver como uma ocupação especializada. A metalurgia, por outro lado, claramente era um ofício de especialistas que desempenhavam suas funções para além de seu povoado e dos povoados vizinhos. Já que esses povoados não apresentam sinais de um elaborado sistema social ou de distinções claramente identificáveis de riqueza, sem mencionar a ausência de construções oficiais e edifícios públicos (todas marcas de cidades que emergiriam nos séculos VIII e VII a.C.), eles podem ser mais bem caracterizados como “proto-urbanos” ao invés de “urbanos”.

Situado entre a Etrúria vilanoviana e a Campânia, o Lácio desenvolveu sua própria cultura por volta do ano 1000. Esta “cultura do Lácio” foi uma vez vista como uma variante da proto-vilanoviana ou vilanoviana, com as quais tem muitos aspectos em comum. Na maior parte, os povoados do Lácio eram localizados sobre as montanhas ou nos contrafortes que se projetavam dos Apeninos até a planície. Povoados da Idade do Ferro do Lácio geralmente eram menores do que seus contemporâneos na Etrúria. O grupo de aldeias que ocupam o sítio arqueológico da cidade de Gabii, no Lácio, oferece a imagem mais detalhada de um assentamento do Lácio dos séculos IX e início do VIII a.C. Gabii era um estreito istmo que separava dois pequenos lagos. Antes da formação da cidade, um grupo de pequenos povoados ocupava o istmo e parte da margem do norte do lago; os cemitérios eram localizados em cada extremo da área povoada. Aparentemente nenhum povoado no Lácio chegou a atingir mais que cem habitantes em nenhum momento do século IX a.C. Depois de cerca do ano 800, entretanto, um número de povoações, tal como seus vizinhos vilanovianos, começaram a se tornar maiores devido ao crescimento interno e ao abandono de povoados afastados.

Por volta dos séculos IX e VIII a.C., os enterramentos em Gabii oferecem alguma evidência da organização social de um povoado do Lácio. Sepulturas em seus dois cemitérios eram dispostas por ritos e por idade e gênero dos ocupantes. Os homens adultos ocupavam o centro; aqui a cremação era uma prática exclusiva num cemitério e dominante no outro. Ao redor do centro, estavam situadas as sepulturas de mulheres e homens jovens; aqui o sepultamento era a prática predominante. Mulheres jovens enterradas na periferia eram sepultadas com objetos de bronze e ornamentos de vidro e de âmbar. Esses cemitérios parecem ter sido áreas de sepultamentos familiares, e práticas diversas mostram que certas distinções de status eram determinadas por idade e gênero. Há ainda sinais de que alguns homens possuíam uma posição de distinção na comunidade: na cremação masculina, sepultamentos de armas em miniatura, tais como espadas e lanças, são comuns – as quais não são encontradas em sepulturas masculinas por inumação – e os ocupantes podem ter tido algum status especial relacionado à guerra. Mais para o fim do século IX a.C., estes sepultamentos por cremação se extinguíram, mas o status de grupos associados a eles podem muito bem ter persistido, expressando sua posição social de outras novas formas (ver próxima seção).

Gregos e fenícios no Mediterrâneo central

Os contatos com o exterior marcadamente afetaram tanto o ritmo quanto a natureza da mudança nos centros das culturas vilanoviana e do Lácio. No fim do século IX, assim como no VIII a.C., contatos marítimos com o leste do Mediterrâneo tornaram-se novamente um fator proeminente no desenvolvimento das sociedades da Itália central. Os fenícios abriram caminho. Eles vinham das regiões costeiras das modernas Síria e Líbano, no litoral leste do Mediterrâneo, e os primeiros traços de sua civilização aparecem por volta do começo do II milênio a.C. O mundo fenício constituía-se de um número de cidades, cada qual com seu próprio rei, sacerdote, palácio e templos, cada um governando a região rural circundante. Comércio de longa distância por terra ou por mar era importante na ordem social e política de uma cidade-estado fenícia: reis e sacerdotes participavam, assim como associações de ricos e poderosos mercadores. Por volta do ano 1000, algumas das mais importantes cidades, especialmente Tiro e Sidon, os mais poderosos dos estados fenício, começaram a enviar colonizadores e expedições de comércio, primeiramente para a costa de Chipre, mais próxima, mas logo para áreas tão distantes como a Espanha. Finalmente, colonizadores fenícios fundariam uma série de novas cidades ao longo da costa oeste da Sicília, Sardenha, norte da África e sul da Espanha. Cartago, provavelmente fundada por volta do ano 800 no atual território da Tunísia, se tornaria o mais poderoso desses novos assentamentos – e o maior rival de Roma.

Os gregos vieram logo em seguida. Depois do colapso da civilização micênica durante o século XII a.C., contatos entre a Itália e o mundo grego declinaram rapidamente. Comércio e população reviveram durante o século IX a.C. e, ao mesmo tempo, comunidades maiores, mais ricas e complexas começaram a se formar novamente, e após algumas gerações se tornariam cidades-estados. Por volta do ano 800, os contatos entre Grécia e Itália começaram a se intensificar. Em torno de 775, alguns gregos estabeleceram povoações nas ilhas de Pitecusa, na Baía de Nápoles, e poucos fenícios podem também ter se estabelecido ali. Nesta nova comunidade, e em outras que foram fundadas posteriormente, comércio e o acesso a metais desempenharam importante papel – Pitecusa mostra sinais de trabalho com o ferro em larga escala – mas a procura por terras agricultáveis também era vital, e por muito tempo seria o fator mais importante.

Logo foram estabelecidos assentamentos gregos no continente. Cumas, fundada em torno de 750, foi a primeira, e outras se seguiram nos séculos VII, VI, V e IV a.C. Por fim, a costa leste, sudeste e norte da Sicília seria salpicada com cidades-estados gregas, assim como a costa sul e oeste da Itália e ao norte até a Campânia. Mais tarde, os romanos chamariam essas áreas de assentamento grego de “Grande Grécia” (em latim, *Magna Graecia*). Nos séculos VII e VI a.C., as colônias gregas dessas localidades, assim como outras comunidades na Grécia e nas regiões costeiras da Itália central, seguiriam caminhos mais ou menos paralelos, que levaram à formação de cidades-estados.

O nascimento das cidades

Iniciando da metade do século VIII a.C. e continuando pelos próximos três séculos, Etrúria, Lácio e Campânia assistiram a uma série de inovações políticas, sociais e culturais que resultariam na formação das primeiras cidades-estados da Itália central. O aparecimento dessa nova forma de vida social e política foi um amplo fenômeno que caracterizou muitas regiões e grupos étnicos. Na Itália, as

cidades-estados tornaram-se a forma dominante de organização na Etrúria, Lácio, Campânia e nas regiões gregas da Sicília e sul da Itália. Fora da península, as cidades-estados se espalharam pela Grécia e pelas costas oeste e sudoeste da Ásia Menor e por muitas das áreas colonizadas pelos fenícios. As amplas similaridades na forma, entretanto, não devem ocultar a grande diversidade de detalhes e as muitas variações locais que puderam ser encontradas em importantes aspectos da vida urbana. As cidades, em outras palavras, compartilhavam muitas das formas de organizar o governo, a guerra e a religião sem serem, entretanto, realmente iguais.

Uma cidade-estado era tanto uma forma de ocupação quanto uma forma de organização política, militar e social. As cidades-estados plenamente desenvolvidas geralmente possuíam um centro urbano claramente definido, com áreas especiais designadas para a elite e para fins públicos, e cemitérios ao redor. Mais além, os arredores do seu território continham templos espalhados, vilarejos e fazendas, junto com alguns povoados, menores que a cidade central e sem uma vida pública plenamente desenvolvida. O tamanho dessas cidades-estados variava enormemente. No mundo grego de então, uma típica cidade-estado teria aproximadamente mil habitantes e talvez um território de cerca de 40 milhas quadradas (100 km²); o seu exército não teria mais que algumas poucas centenas homens. Na Itália central, muitas das cidades-estados emergentes eram um pouco maiores – muitas certamente controlavam mais territórios do que no caso da Grécia – e, por volta do fim do século VI a.C., algumas tinham população de várias dezenas de milhares.

Algumas organizações políticas oficiais eram essenciais. Em uma típica cidade-estado, as residências das elites, a vida política e a atividade religiosa comunitária estavam todas concentradas dentro e ao redor do centro. Aqui, os membros das famílias de elite exibiam seu status, competiam com seus iguais, e exerciam a liderança sobre os seus seguidores ou mesmo, em algumas ocasiões, sobre a cidade como um todo. Primeiramente, as famílias aristocráticas e seus partidários dominaram muitas cidades-estados emergentes. Nos séculos VII e VI a.C., reis governaram algumas delas. Por volta do século V a.C., certas cidades possuíam funcionários públicos e sacerdotes, cargo adquirido por um processo de eleição e com duração de um ano. Sistemas como esses por fim se tornariam um padrão nas comunidades com uma forma de organização de cidade-estado.

As cidades-estados surgiram através de um número de processos inter-relacionados. Primeiro, uma aristocracia, com sua forma de vida característica, desenvolveu-se. Este processo quase certamente se iniciou antes de tornar-se visível no registro arqueológico. Ao longo do tempo, famílias aristocráticas se concentraram nos maiores assentamentos, fazendo deles centros de riqueza e poder. Os líderes dessas comunidades mais poderosas começaram a construir edifícios maiores e mais elaborados, e deixar de lado os espaços públicos onde a população da povoação e da área rural ao redor se reunia em algumas ocasiões consideradas importantes para a cidade. Por fim, apareceram instituições que administravam a comunidade como um todo e começaram a predominar sobre as famílias e seus líderes.

Na Itália central, os estudiosos dividem a idade formativa da cidade-estado em duas grandes fases: o Período Orientalizante (c. 725-580) e o Período Arcaico (c. 580-480). Em suas origens, esta divisão tem muita relação com os estilos artísticos e com influências claras e diretas do exterior: o Período Orientalizante deve este nome ao aparecimento em tumbas e depósitos votivos de bens luxuosos importados do “Oriente” – Grécia, Síria e

Egito – ou de imitações localmente feitas dessas importações. Esses dois períodos também marcam, embora imprecisamente, outros estágios de desenvolvimento. No período mais antigo, a arquitetura monumental patrocinada pela elite torna-se digna de nota, assim como a educação. Por volta de 600, as instituições básicas comunitárias da cidade-estado tornam-se visíveis, a elite governante amplia-se de algumas formas, e a guerra em larga escala entre as cidades se inicia. O curso desses desenvolvimentos provavelmente variou consideravelmente de cidade para cidade, e a evidência raramente nos permite ter uma imagem completa do processo que permita reconstruí-lo em algum lugar específico. A história de Roma neste período, entretanto, é a mais bem documentada de todas (ver Capítulo Dois).

O início da escrita

Durante o século VIII a.C., a escrita chegou à Itália, e textos escritos superam a partir de então a evidência arqueológica. Por volta de 740, alguém na povoação grega de Pithecusa gravou na superfície de um cântaro um pequeno texto em aramaico (um alfabeto e língua da Síria). Por volta da mesma época, enlutados colocaram em uma sepultura uma taça com inscrição em grego, um dos mais antigos exemplos do alfabeto grego encontrado em qualquer parte do Mediterrâneo. A língua e escrita grega teriam uma vida longa na Itália e exerceriam grande influência ali. Por volta de 700, textos em alguma das línguas da própria Itália apareceram, escritas em alfabeto derivado dos gregos. Os mais antigos documentos etruscos datam do começo do século VII a.C.; textos conhecidos dos séculos VII e VI a.C. chegam a muitas centenas. Documentos antigos em latim são menos comuns: somente alguns poucos são datados do século VII a.C., e menos de uma centena dos séculos VI e V a.C.

Os textos sobreviventes dos séculos VIII ao V a.C. são geralmente curtos, difíceis de interpretar e de datar e não muito informativos. Inscritos em pedra, bronze ou na cerâmica, seus conteúdos são concisos, sendo geralmente chavões, e as línguas nas quais foram escritos muitas vezes não são muito bem compreendidas hoje. Alguns identificam os ocupantes das tumbas. Outros declaram o dono ou fabricante de um objeto. Outros ainda registram a oferenda de presentes em templos e santuários. Alguns poucos são mais longos, mas a maior parte está preservada somente em fragmentos, e seus conteúdos são obscuros. Nenhuma evidência sobrevive do uso burocrático da escrita, tais como alguns achados em algumas outras sociedades do Mediterrâneo. Apesar da ausência de propósitos burocráticos, entretanto, a escrita na Itália está diretamente associada às elites das cidades, e os textos mais antigos são relacionados às suas atividades.

O aparecimento de uma elite

Para o fim do século VIII a.C., algumas famílias nas regiões costeiras da Etrúria, do Lácio e da Campânia começaram a demonstrar que possuíam riqueza, status e poder em escala muito maior do que outras em suas comunidades haviam conseguido. Essas emergentes famílias da elite, assim como muitas outras no mundo mediterrâneo neste tempo, procuraram se distinguir das outras em sua comunidade através de um modo distinto de se viver, com apropriados ornamentos pessoais, armas e outras marcas de

status. Muitos dos objetos e da imagética de riqueza e poder associada a eles tinham suas origens na Grécia e no Oriente Próximo, onde objetos de estilo similar eram usados por grupos sociais dirigentes.

As tumbas fornecem os sinais mais antigos dessas famílias e suas pretensões. No século VIII a.C., tumbas com ricos depósitos de bens funerários tornaram-se mais comuns: em Gabii, algumas tumbas da metade do século VIII a.C. são claramente mais ricas que outras, e algumas excepcionalmente ricas contêm bigas. Por volta do fim deste século, famílias poderosas afirmavam sua posição em suas cidades e vilas pelos chamados sepultamentos “principescos”. Esses novos sepultamentos principescos dão ênfase ao lugar destas famílias nas comunidades. Os construtores de muitas das novas tumbas fizeram-nas de modo que elas pudessem receber múltiplos sepultamentos através dos anos, um sinal de que cada uma tinha a pretensão de ser o túmulo de uma família ou linhagem. Os bens colocados nos túmulos revelam uma ampla preocupação entre as elites de exibir com ostentação a riqueza e o status – e a disposição de gastar muita riqueza para atingir este fim. Tumbas e sepultamentos, afinal, são feitos pelos vivos, e neles os parentes do morto podem claramente afirmar a posição social que eles acreditam que o morto ocupasse em vida – para não mencionar a que os próprios vivos desejam que seja vista bem como mantida. As famílias muitas vezes colocavam suas sepulturas ao longo das principais estradas do assentamento, onde podiam ser vistas e admiradas pelos outros. As tumbas e seus conteúdos, portanto, afirmariam aos passantes a riqueza e o status daqueles que estavam ali enterrados, assim como de suas famílias.

Sepulturas deste novo tipo eram muito mais elaboradas e requeriam um maior investimento de recursos do que as mais antigas. Na Ceres etrusca do século VII a.C., uma família construiu uma sepultura, conhecida hoje com a Tumba Regolini-Galassi, com um corredor de mais de 120 pés de comprimento (36 m) e 6 pés de largura (1,8 m) e uma câmara mortuária de cada lado desta passagem. Seus construtores cortaram a parte inferior da parede na rocha que sob ela jazia e construíram a porção superior com grandes blocos de pedra que formaram uma abóbada sobre o corredor. Por fim, eles cobriram a estrutura inteira com um grande monte de terra ou *tumulus* de aproximadamente 150 pés (45 m) de diâmetro, e ergueram uma parede baixa de pedra contornando sua base.

Os conteúdos das tumbas também servem para distinguir os novos sepultamentos dos seus predecessores e daqueles dos seus contemporâneos menos afortunados. As sepulturas da elite geralmente contêm grande quantidade de objetos de metal e cerâmica mais refinada, importada ou de manufatura local. No Castelo de Decima, no Lácio, enlutados enterraram, no fim do século VIII a.C., um jovem homem com ornamentos de prata e bronze, armas de ferro, uma biga, tripés de bronze, outros tipos de vasos de bronze, e uma gama de cerâmica grega e fenícia. Num sepultamento posterior no mesmo cemitério, uma jovem mulher foi enterrada com mais de noventa objetos de bronze e cerâmicas importadas, enquanto seu corpo foi coberto com jóias de ouro, prata e âmbar. Muitos dos achados de cerâmica grega e fenícia, joalheria e outros trabalhos em metal – e também imitações produzidas localmente – têm sido encontrados em tumbas deste tipo.

As novas tumbas aristocráticas não eram um fenômeno artístico ou social isolado, nem estavam restritos a um grupo étnico ou linguístico somente. Ao invés disso, eles apontam para a formação de uma ampla cultura de elite na Itália central. Sepultamentos deste tipo podem ser encontrados ao longo a costa oeste da Itália, do norte da Etrúria até o sul da Campânia, e posteriormente eles podem ser encontrados também no interior. A prática

certamente atravessou fronteiras linguísticas. Está presente em áreas cujos habitantes falavam o etrusco, e em outras onde o latim era a língua dominante. Sob esta ampla difusão, podia haver muita variação local nos ritos e práticas funerárias, assim como na aparência e construção das tumbas. Algumas eram maiores que a Regolini-Galassi, enquanto muitas outras eram menores. Algumas tinham muitas câmaras funerárias, em outras havia somente uma. Ritos funerários, se cremação ou inumação, variaram de lugar pra lugar (e algumas vezes de tumba para tumba), assim caixões ou sarcófagos feitos de madeira ou pedra dentro dos quais os corpos eram colocados, e as urnas funerárias nas quais as cinzas eram depositadas. O que esses sepultamentos têm em comum são os objetos de prestígio colocados nos túmulos e muitos dos temas decorativos das paredes e nos sarcófagos. Através do tempo, muito desta unidade original se quebraria, enquanto as elites locais seguiram cada uma o seu próprio curso de desenvolvimento.



Figura 1.1 – As bigas ocuparam um lugar proeminente na exibição pública de status, e elas eram quase sempre ricamente decoradas com este propósito. Este painel cobria a frente do corpo de uma biga enterrada em uma tumba no alto dos Apeninos em 550. Os dois lados da biga eram similarmente decorados. O relevo traz provavelmente a representação de uma cena de exército, em que a mulher à esquerda entrega ao homem à direita seu escudo e capacete. Os pássaros voando sobre suas cabeças podem significar bons presságios. O painel lateral, não mostrado aqui, representa dois guerreiros lutando sobre o corpo de um terceiro, e um guerreiro dirigindo uma biga puxada por cavalos alados. A biga foi provavelmente produzida em uma oficina etrusca.

Estava associado a essas formas de morte um modo aristocrático de vida. Nas cidades emergentes, membros das famílias dirigentes também vieram a adotar e exibir um estilo de vida particular, que os distinguia da massa da população e muitas vezes as unia, com maior ou menor proximidade, às famílias dirigentes de outras comunidades. Novamente, a evidência das sepulturas é central, já que os enlutados depositavam nas tumbas objetos que desempenhavam papel proeminente na auto-imagem aristocrática, e especialmente objetos usados nas cerimônias que definiam e afirmavam esta imagem. Portanto, cavalos, carros, ricas armaduras e armas, ornamentos pessoais e o equipamento para comer e beber eram todos particularmente importantes nesta conexão.

Na Itália, muito deste novo estilo de vida continua obscuro, mas uma comparação com o mundo grego, que influenciou grandemente a Itália, ajuda a esclarecer alguns de seus aspectos. Os aristocratas gregos afirmavam sua posição na comunidade através de elaboradas exibições de família, riqueza e virtude. Habilidade e liderança na guerra também desempenhavam um papel proeminente nesta auto-imagem. Os membros masculinos viam-se como heróis, o que explica em parte a popularidade de épicos como a *Ilíada*, de Homero. A

afirmação pela guerra era certamente importante entre as elites da Itália central também. Seus enterramentos geralmente continham armas e armaduras, quase sempre em grandes quantidades, e as representações de combates encontradas em uma gama de objetos podiam muito bem refletir alegações de habilidade em lutar e liderança na guerra. As armas não estavam limitadas às sepulturas masculinas apenas, e sua presença em tumbas de mulheres pode indicar que a habilidade na guerra era vista mais como um atributo familiar do que individual. Certos achados, como grandes escudos de bronze com elaborados desenhos gravados em relevo, são muito leves e frágeis para uso em batalha, embora sejam altamente apropriados para serem exibidos em ocasiões cerimoniais.

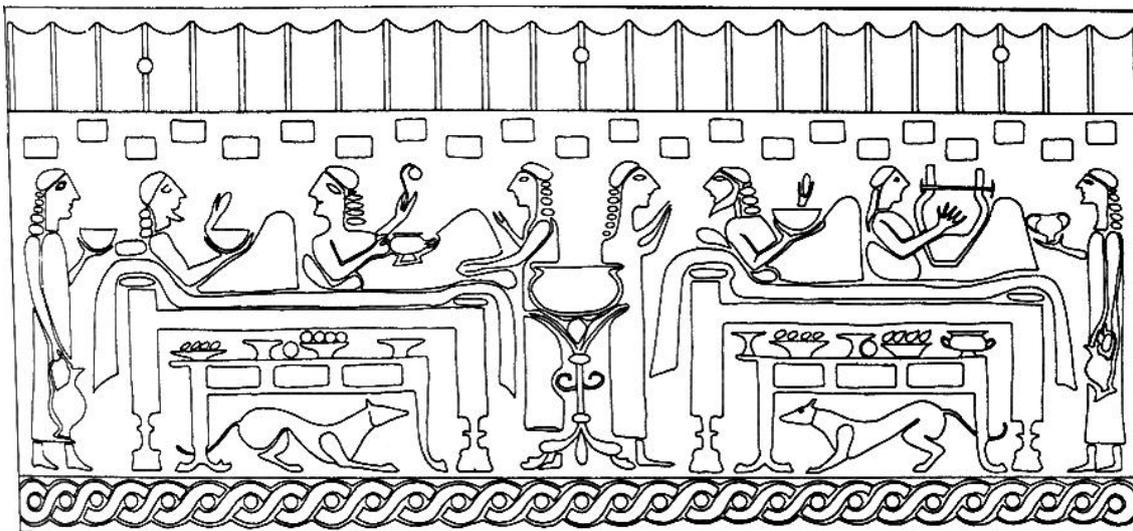


Figura 1.2 – Cenas de banquete eram comuns na arte da Itália arcaica. Este desenho reproduz tal cena em um friso de terracota do palácio em Murlo. O artista mostra os convidados reclinados em divãs, como era costume no mundo grego também. Um recipiente de mistura do tipo dos que são encontrados em sepultamentos aristocráticos está disposto entre os dois divãs. Um dos convidados toca lira.

Bebidas e banquetes cerimoniais ocuparam um lugar importante no estilo de vida aristocrático em muitas partes do mundo mediterrâneo. Na Grécia, homens aristocratas realizavam libações ou *symposia* (no singular, *symposium*), nas quais poesia, música, exibições de engenho e vitupério, e conversas, tinham importante papel. Nessas reuniões, os homens da elite na comunidade e seus convidados de vários lugares criavam vínculos entre eles e afirmavam sua distinção em relação aos outros. Utensílios essenciais em tais reuniões – vasilhas para misturar vinho, taças e tripés – eram geralmente muito caros, e eles serviam como símbolos de um modo de vida especial e altamente desejável. A maior parte dos vasos e tripés de bronze encontrados nas sepulturas da elite italiana, ao lado das muitas cerâmicas importadas e suas imitações locais era projetada e construída especificamente para essas ocasiões, o que sugere que banquetes e festins ocupavam uma posição similar na auto-definição da elite italiana. Na Grécia, os convidados dos *symposia* eram realmente todos homens; no mundo itálico, representações artísticas mostram que as esposas participavam também.

A extravagância era um aspecto importante dos sepultamentos da elite dos séculos VIII e VII a.C., mas nos seus sucessores dos séculos VI e V a.C. o era num grau bem reduzido. Os sepultamentos “principescos” dos séculos VIII e VII a.C. são relativamente raros; claramente eles abrangiam uma pequena parcela da população. As sepulturas de elite dos séculos seguintes exibem uma gama maior de tamanhos, e os bens enterrados geralmente figuram em menor quantidade, são

menos custosos, e não tão exóticos. Apesar da escala reduzida, esses sepultamentos eram ainda a prerrogativa de um grupo seletivo, e seus construtores compartilhavam alguns valores com seus predecessores do século VII a.C. A construção requeria um compromisso e uma ostentação de recursos numa proporção que muitos contemporâneos não podiam igualar. Câmaras mortuárias muitas vezes reproduziam os cômodos das casas que o morto ocupava quando em vida. As paredes de muitas dessas câmaras, além disso, eram cobertas com afrescos elaborados, certamente um ofício de artesãos habilidosos; cenas de banquete eram comuns, ilustrando alguma continuidade de ideais mais antigos. Mais famílias devem ter enterrado seus membros de uma forma relativamente mais cara do que era o caso em tempos anteriores: em Volsinii, na Etrúria, por exemplo, inscrições depositadas entre 550 e 500 revelam a presença de ao menos noventa famílias ricas o suficiente para construir sepulturas. Escolher o local de uma tumba não era uma escolha que cabia tão-somente à família: em alguns dos maiores centros, cemitérios oficiais ou *necropoleis* (no singular, *necropolis*), localizados nas margens das povoações, abrigavam as sepulturas, enquanto o traçado das ruas determinava o local das tumbas. Em períodos posteriores, instituições públicas ofuscaram qualquer família de elite, e a ampliação das elites no século VI a.C. pode revelar o estágio inicial desse processo.

Cidades e arquitetura monumental

Nos séculos IX e VIII a.C., povoações na Etrúria, Lácio e Campânia consistiam de aglomerados de cabanas sem nenhum traço de planejamento, organização oficial ou edifícios públicos, tampouco habitações privadas em escala significativamente maior que seus vizinhos. A partir do século VII a.C., entretanto, membros das famílias de elite começaram a construir estruturas maiores, mais elaboradas e mais caras nos principais centros populacionais. Eles começaram também a planejar e adornar os espaços públicos que definiriam a vida comunitária por séculos, todos sinais de sua capacidade de reunir recursos e trabalho em uma escala crescentemente profusa.

As residências da elite formam os mais antigos dentre esses tipos de edifícios que são visíveis no registro arqueológico. Desde o começo do século VII a.C., os ricos e poderosos começaram a construir casas maiores feitas de tijolos ou pedra e cobertas com telhas de terracota. Algumas possuíam ornamentação exterior elaborada e colorida. Essas novas estruturas, construídas com técnicas que haviam chegado à Itália pelo leste do Mediterrâneo, requeriam mais capital e trabalho que as habitações anteriores; circundadas por menos estruturas, elas afirmariam o status de seus donos muito mais claramente. Posteriormente, grupos intermediários nas cidades, não tão ricos e poderosos mas ainda assim abastados, copiariam essas estruturas, embora em menor escala.

Poucos edifícios exibiam riqueza e status mais apropriados aos soberanos que aos aristocratas, talvez as residências dos reis que tempos depois lendas e histórias associaram a esta época. A grande estrutura construída por volta de 575 em Murlo, na região rural próxima de Siena, fornece o mais claro exemplo. Este “palácio”, como é considerado, consistia de quatro blocos de cômodos em torno de um pátio central. O pátio era circundado em três de suas laterais por uma colunata, enquanto o quarto lado abrigava um templo, e talvez também tenha tido lugar para um trono. Os construtores cobriram os aposentos de mais de 30 mil pés quadrados (2800 m²) com telhados de terracota, os quais teriam requerido um formidável dispêndio de recursos em combustível, fornos e trabalho. O palácio em Murlo teve

um predecessor mais antigo, menos conhecido, do século VII a.C., que foi destruído por um incêndio. Acquarossa, perto de Viterbo, assistiu à construção de uma casa similar durante o século VI. Em Roma, outro palácio, conhecido como Régia, foi construído de acordo com a mesma planta por volta do fim do século VII.

As decorações elaboradas do palácio em Murlo revelam algumas de suas funções e muito do mesmo ethos já visto em tumbas e em bens funerários. Os construtores do palácio de Murlo adornaram paredes e o telhado com elaborados frisos e esculturas de terracota, alguns com representações de figuras humanas e divinas e animais reais ou mitológicos, e outros representando banquetes, procissões, corridas de cavalos e grupos de guerreiros marchando atrás de condutores de bigas – todas formas proeminentes de comportamento de elite e exibicionismo. Certas cenas mostram figuras humanas de pé e sentadas aparentemente ocupadas em alguma cerimônia ou negócio público, uma

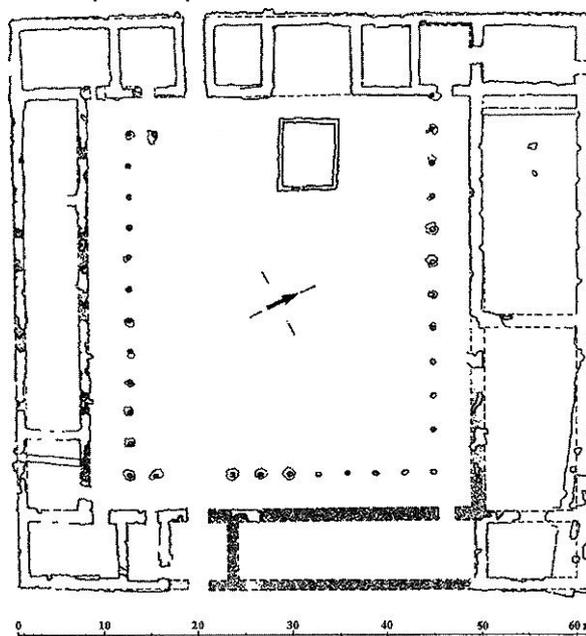


Figura 1.3 – Planta do palácio em Murlo.

das quais carrega um bastão curvo especial ou *lituus* que serviria na Etrúria e no Lácio como um símbolo de ofício público por aproximadamente mil anos.

Os modos em que o palácio em Murlo foi usado não são inteiramente claros. Pode ter servido como residência de um soberano ou de uma família dirigente na cidade. Certamente, algumas atividades cerimoniais representadas no friso devem ter sido realizadas em seu pátio. Fragmentos de cerâmica refinada atestam para banquetes e *symposia*. A presença de um espaço sagrado indica que ritos religiosos também eram executados no palácio; a Régia, em Roma, também possuía templos dedicados a diversos deuses. Possivelmente o governante recebia a corte ali na presença de seus seguidores e dos líderes de outras linhagens importantes. Portanto, ali deve ter sido um local comum de festas, cerimônias religiosas e encontros políticos menores.

Pouco depois, as famílias governantes em muitas das cidades emergentes começaram a fundar locais de encontros maiores e mais elaborados para os residentes de suas cidades. Estruturas como a de Murlo poderiam ter acomodado relativamente poucos participantes e espectadores. Em períodos posteriores, os dirigentes das cidades reuniam regularmente os cidadãos nas assembléias públicas para anunciar decisões políticas e para mobilizar um suporte popular em favor deles. Os dirigentes também encenavam elaboradas exibições públicas e cerimoniais de seu status e de seus papéis públicos. Nestas cerimônias, rituais religiosos dedicados aos deuses da cidade geralmente ocupavam uma parte importante, pois a execução desses ritos também enfatizava o importante papel das famílias da elite que dominavam a vida cívica. Grandes reuniões dos residentes de uma comunidade, e os rituais que quase sempre os acompanhavam, serviam como um indicador visual da crescente unidade da cidade-estado. Nestes encontros, as elites governantes de muitas cidades-estados emergentes estabeleceram espaços públicos bem definidos – juntamente com templos e

santuários ao redor destes – para servir como palco para suas atividades e o como centro de tal governo limitado que essas comunidades possuíam.

Como parte desse desenvolvimento, as elites governantes da Itália central fizeram os locais de culto de suas comunidades mais e mais imponentes. Desde 600 aproximadamente, os habitantes de algumas cidades e centros urbanos começaram a construir para os seus deuses templos grandes e elaborados. Esses edifícios, que tinham muitos aspectos em comum com os palácios mais antigos, especialmente em sua decoração, eram geralmente localizados no quarteirão central de um povoado ou sobre uma colina defronte, de onde dominariam a aparência urbana da cidade. Embora exista considerável variação em ornamentos e nos detalhes, os templos na Itália central geralmente eram construídos sobre uma alta plataforma ou *podium*, com um pórtico com colunas à frente; coroando a estrutura havia um telhado de terracota e decorações de terracota como estátuas, frisos e antefixos. Em períodos posteriores, essas estruturas desempenharam um papel importante na identidade da comunidade, e serviam a funções outras que as estritamente religiosas: em Roma, por exemplo, agentes públicos executavam muitas de suas funções aqui, e oradores falavam à sua audiência a partir do podium do templo, de onde seriam vistos melhor.



Figura 1.4 – Esta reconstrução do chamado Templo Portonaccio em Veios (construído c. 500) ilustra alguns dos aspectos típicos de um templo da Itália central. Foi construído sobre uma plataforma alta ou *podium*. Em frente havia um profundo pórtico colunado, e atrás uma câmara ou *cella*, onde a estátua de culto do deus e algumas das oferendas mais preciosas eram guardadas. Ao longo da cumeeira e das eiras do telhado, esculturas de terracota foram colocadas (denominadas estátuas “acrotérias” por estarem colocadas sobre uma base ou *acroteria*). O altar estaria localizado em algum lugar em frente do templo; muitas cerimônias aconteciam no exterior do templo (não em seu interior) e eram públicas.

Esses novos locais de culto de certo modo eram uma elaboração e monumentalização de práticas anteriores. Cultos organizados não começaram no século VII a.C. Escavações em sítios de alguns templos dos séculos VI e V têm desenterrado depósitos votivos que continham objetos muito mais antigos que os próprios templos. Na cidade de Satricum, no Lácio, a área posteriormente ocupada por um templo continha uma cabana simples datada do século IX (com um núcleo) que pode ter servido como local de culto. Por volta da metade do século VII, esta

cabana foi substituída por um edifício de pedra retangular com decorações no telhado de terracota; uma maquete votiva em miniatura desta estrutura mostra claramente que ela foi um templo. Comparável desenvolvimento de cabana a templo pode também ser observado em Velitrae, Lanuvium e Gabii. Em outros lugares, bosques sagrados ou altares a céu aberto primeiramente ocuparam os sítios de templos mais antigos.

Templos ou santuários a céu aberto formaram o cenário dos mais importantes ritos religiosos de uma cidade, e também forneceram o espaço para outras elaboradas demonstrações de riqueza e poder da elite governante. Oferendas votivas eram proeminentes nos locais de culto da Itália central. Esses objetos, oferecidos para agradecer a um deus por um pedido atendido ou por algum outro sinal de favor divino, poderiam variar grandemente em tipo, em valor e em qualidade. Indivíduos que ocupavam ampla gama de posições conferidoras de status faziam oferendas, mas aquelas feitas pelos membros das famílias da elite as superavam. Alguns desses presentes mais prestigiosos traziam inscrições identificando a pessoa que o dedicou – um dos mais antigos usos da escrita na Itália – e, neste processo, eles marcariam esta pessoa, aos olhos do observador, como um favorecido pelo deus.

Como a riqueza acabou se concentrando nas cidades e centros urbanos, muitas comunidades começaram a investir seus recursos em sua defesa. Por séculos, vilas eram geralmente localizadas sobre montanhas e planaltos de fácil defesa, os quais eram fortificados com trincheiras, diques e paliçadas. A partir do século VIII a.C., algumas comunidades começaram a construir sistemas defensivos mais elaborados e caros. Muitas foram fortificadas primeiramente cavando uma profunda, ampla trincheira (*fossa*) e depois utilizando a terra escavada para construir uma alta barreira (*agger*) compacta dentro desta. Fossa e *agger* defensivas não circundavam necessariamente uma cidade inteira; em geral, somente as áreas mais vulneráveis eram fortificadas dessa maneira. Algumas poucas cidades construíram fortificações ainda mais elaboradas. No começo do século VI a.C., a cidade etrusca de Rusellae construiu ela própria um muro de grandes tijolos de barro assentados sobre uma base de pedra, e nos séculos VI e V, os centros etruscos de Ceres, Tarquínia, Vulcis e Veios construíram muros com blocos de pedra. De novo, essas fortificações raramente se estendiam em torno de todo o povoado.

Guerra nos períodos Orientalizante e Arcaico

Os séculos VIII, VII e VI a.C. assistiram a grandes mudanças na frequência das guerras, assim como em sua escala e grau de organização. As novas formas de fazer guerra afetaram não somente as relações entre as cidades emergentes, mas também o papel e poder das aristocracias, a organização política e social das comunidades e suas organizações urbanas. No século IV e posteriormente, de quando nossa evidência é muito melhor, fica claro que algumas cidades guerrearam de forma muito institucionalizada e altamente organizada. Elas colocavam em campo grandes exércitos conduzidos por líderes políticos da cidade como um todo, e esses exércitos lutavam batalhas organizadas nas quais os soldados eram reunidos em formações grandes e regulares (ver Capítulo Dois). Antes dessa data, entretanto, prevaleciam formas de guerra menores e menos estruturadas: havia menos ou nenhuma batalha campal; predominavam rápidas invasões em busca de gado ou outra pilhagem; os guerreiros não serviam como membros da comunidade, mas antes como seguidores de um líder aristocrático

que tinha organizado a investida. Enquanto a natureza da transição de uma forma de guerra para outra é suficientemente clara, os estágios e o momento em que aconteceu essa mudança são muito obscuros: foi provavelmente um longo processo com muita variação local e regional. Desde 600, de qualquer modo, a evidência mostra traços de uma crescente intensificação da guerra entre cidades, enquanto fontes literárias posteriores fornecem inclusive nomes de líderes importantes na guerra.

Alguns aspectos da mudança se sobressaem mais que outros. A crescente escala e sofisticação das fortificações que vieram a cercar muitas comunidades ilustra claramente tanto uma intensidade maior de guerras como os altos níveis de organização na prática da guerra. Por contraste, mudanças na organização e nas táticas militares e mudanças nas estruturas políticas e sociais que as teriam acompanhado são muito mais obscuras. No mundo grego, que foi fonte de importantes inovações, a nova forma de fazer guerra centrada na infantaria hoplita, que era protegida por uma armadura e corseletes (feitos tanto de metal como de couro reforçado com metal), grevas (armaduras de bronze para as pernas) e elmos de bronze. Esses hoplitas carregavam um grande escudo circular ou *hoplon*, e eram armados com lança e uma espada ou adaga.

Este novo equipamento, a panóplia hoplita, tornou o guerreiro menos vulnerável às armas dos outros, e portanto favorecia o combate corpo-a-corpo à luta através de armas lançadas à distância. Ao mesmo tempo, a panóplia deixou os combatentes com menos mobilidade em campo, de modo que eles lutavam em uma formação densa, ou falange, onde os guerreiros eram protegidos e reforçados por aqueles que estavam a seu lado. Enquanto cada soldado mantivesse seu lugar, a falange era considerada como um poder ofensivo e defensivo. A nova tática enfatizava batalhas metódicas mais do que guerras fluidas baseadas em ataque e contra-ataque. Acima de tudo a guerra entre falanges geralmente favorecia a maior sobre a menor, de modo que as comunidades tinham um incentivo positivo para aumentar o número de homens servindo em seus exércitos. O desenvolvimento da falange hoplita foi um longo processo: o novo equipamento apareceu primeiro (provavelmente tão cedo quanto as últimas décadas do século VIII a.C.), mas a falange propriamente se desenvolveu mais lentamente, e algumas comunidades não chegaram à transição completa a esta forma até os séculos VI e V a.C.

As cidades da Itália central devem ter seguido um curso bem similar de desenvolvimento. Depois de aproximadamente 700, armas e armaduras tornaram-se mais caras, mais complexas e talvez mais amplamente difundidas entre a população de homens adultos de algumas comunidades. Nos séculos VIII e VII a.C., depósitos de armas e armaduras (ou modelos destes) são comuns nas sepulturas mais ricas. Nas sepulturas do século VII na Etrúria, elementos da panóplia hoplita começaram a substituir equipamentos do padrão anterior. Por volta do fim do século, o equipamento hoplita pode ser encontrado nas sepulturas aristocráticas nas regiões costeiras da Etrúria, Lácio e Campânia. Por volta de 600, representações de guerreiros com elmo carregando escudos circulares e movendo-se em formações densas começam a aparecer em vasos e frisos. Por fim, no século VI, estatuetas de guerreiros equipados com a panóplia hoplita aparecem em depósitos votivos, especialmente na Etrúria.

A presença desse equipamento, entretanto, não implica necessariamente a existência de grandes exércitos lutando em formações regulares. Primeiro, a gama de formas de escudos, elmos, armas e armaduras parece muito ampla e muito variável para o grau de padronização geralmente associado à falange hoplita. Além disso, bens funerários, depósitos votivos e novas representações artísticas fornecem evidência muito incerta de mudanças nas táticas militares. Objetos depositados em sepulturas ou santuários são relíquias de ritos cuja relação com outros aspectos da vida da comunidade permanece algo problemática. Os funerais aristocráticos eram inteiramente voltados para a afirmação de status, e por muito tempo a guerra de um tipo ou outro ocupou lugar importante na auto-imagem e auto-representação das elites itálicas. Alguns escudos, elmos e corseletes parecem muito ornados e mesmo muito frágeis para terem sido usados em combate; objetos como esses provavelmente se prestavam mais a funções cerimoniais que à verdadeira prática da guerra. Mesmo a presença de equipamento mais resistente de padrão hoplita não implica que o dono original lutava numa falange, porque a exibição de objetos estrangeiros, e principalmente gregos (ou cópias locais desses itens), era um aspecto notável da auto-imagem aristocrática. O significado de grupos densos de guerreiros marchando representados nos vasos e frisos também é objeto de controvérsia: alguns especialistas os vêem como representações de falanges marchando para a batalha, enquanto para outros eles estavam em procissões ou em danças rituais armadas. Todavia, é certo que algumas cidades lentamente adotaram formas mais regulares, e em maior escala, de fazer guerra.

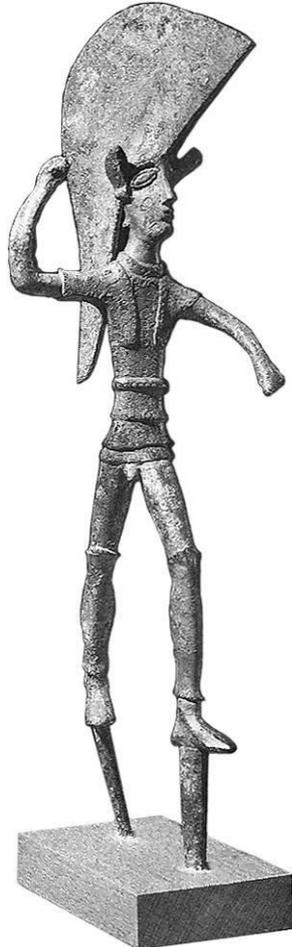


Figura 1.5 – Esta figura votiva de bronze de um guerreiro da Úmbria veste alguns dos equipamentos de um hoplita, incluindo elmo com uma crista larga, bem proeminente. Provavelmente data do século V.

Talvez o aspecto mais obscuro dessas mudanças diz respeito à liderança e ao recrutamento. Remotamente na história das cidades-estados gregas, famílias aristocráticas e facções dominavam a vida e a tomada de decisões das comunidades. Forças de guerra consistiam de membros da elite e de seu séquito e dependentes, enquanto a liderança militar era largamente uma função da habilidade em formar e liderar um conjunto pessoal de seguidores armados. Entre as cidades-estados desenvolvidas do século V a.C., instituições comunitárias como as assembléias de cidadãos e eleição de funcionários públicos haviam superado a antiga liderança aristocrática em muitas áreas da vida cívica, e normas e instituições comunitárias haviam se tornado centrais para a guerra. Em grau maior, o equipamento foi padronizado em todo o exército, e o serviço militar tornou-se uma função de cidadania e riqueza mais que meramente resultado de nascimento ou dependência de uma família aristocrata. Nas cidades maiores, ao menos, homens adultos eram hierarquizados de acordo com a riqueza de um modo que determinava elegibilidade para o serviço militar juntamente com uma gama de outros direitos e deveres políticos. Enquanto serviam, os hoplitas pertenciam a sub-unidades claramente distintas de falanges que eram organizadas com base no local de residência; os cidadãos homens adultos da cidade elegiam seus próprios líderes militares, e votavam em assuntos de guerra e paz.



Figura 1.6 – Este friso de terracota da metade do século VI do palácio de Acquarossa representa dois guerreiros equipados como hoplitas do lado extremo esquerdo, seguindo em procissão atrás de um homem com um touro e uma biga com dois condutores. Os cavalos alados significam que a procissão pertence ao domínio mitológico. O homem com o touro pode ser identificado com o herói grego Hércules, que na versão latina é Hércules.

Na Itália central, certas cidades fizeram essa transição lentamente, embora algumas delas talvez nunca tenham chegado a isso. Nessas comunidades urbanas emergentes, as famílias líderes dominavam a guerra; assim como no mundo grego, a habilidade para reunir seguidores militares pessoais era um importante aspecto da liderança e um importante apoio para o poder das famílias aristocráticas emergentes. Indivíduos de glória e renome eram capazes de atrair seguidores de lugares distantes – geralmente jovens membros de famílias aristocratas de outros lugares – que buscavam aventura, fama e riqueza. Em algumas cidades – Roma a mais conhecida – instituições comunitárias também viriam a superar famílias no ofício da guerra. E ainda assim era possível para seguidores armados baseados em poder individual ou em uma família líder coexistir por consideráveis períodos de tempo com outros modos de recrutamento baseados em cidadania ou residência (ver Capítulo Dois). Certamente, é possível que a proeminência de Roma e de algumas poucas outras cidades se deva, em algum grau, à sua reorganização, enquanto os seus vizinhos não fizeram o mesmo.

Organização social e econômica

Famílias da elite dominaram a vida social e econômica de suas cidades na medida em que controlavam sua organização política, religiosa e militar. A riqueza e poder das classes mais altas se ancoravam em seu controle sobre seus seguidores e outros dependentes assim como sobre a terra. Indivíduos de destaque mobilizaram grupos de homens para a guerra, conduziram-nos nas batalhas e, em caso de sucesso, distribuíram os frutos da vitória: terra, gado, cativos e bens móveis dos derrotados. Em tempos de paz, as famílias líderes também convocavam os dependentes para lavrar suas terras, proteger seus rebanhos e atender às necessidades domésticas. A agricultura estava se tornando mais complexa, mais dispendiosa, e talvez mais lucrativa. No começo do século VIII a.C., o cultivo da uva, tão essencial a uma cultura que bebia em suas cerimônias, difundiu-se para a Itália central, ao lado das plantações de oliveiras. Poderosas famílias provavelmente desempenharam um importante papel neste processo e na acumulação de riqueza que a teria acompanhado. No fim do século VII e no VI a.C., artesãos nos centros costeiros da Etrúria produziram vasos de cerâmica, *amphorae*, para a estocagem de azeite de oliva e vinho; algumas dessas ânforas de vinho foram encontradas ao longo da costa do sul da França e nordeste da Espanha.

Laços de dependência de longo termo uniram muitos dos habitantes das novas cidades aos líderes aristocráticos. Ligações entre membros da elite e seus seguidores podiam ser definidas em termos de “patrões” e “clientes”. Idealmente, o patrão garantia proteção aos seus clientes, que seguiam seu protetor na guerra e na política e serviam-no de outras formas quando necessário. Em alguns casos, uma família poderosa teve controle de vilas e concentrações de moradias inteiras nas grandes cidades. As comunidades da Itália central possuíam o que era denominado organização “gentílica”. Os romanos, por exemplo, pertenciam a um clã ou *gens* (plural, *gentes*). Primeiramente, uma *gens* consistia de uma linhagem aristocrática ou grupo de linhagens e alguns de seus poucos seguidores e dependentes. Um sistema especial de nomenclaturas caracterizou grupos formados sob este modelo: os membros eram identificados por um nome ou *nomen* (plural, *nomina*) que identificava sua *gens*, e eles também tinham um primeiro nome – ou nome pessoal – o *praenomen*. Nomes neste estilo aparecem em inscrições do século VII, embora não seja claro se este é um desenvolvimento recente ou somente a primeira aparição na escrita de algo que na prática já estava estabelecido. Nem todos os residentes de uma cidade eram necessariamente aristocratas ou dependentes de uma família aristocrática. Em algumas cidades, elementos independentes poderiam certamente ser encontrados. Por fim, eles também se organizaram em *gentes*, de modo que todos os membros de uma comunidade pertenceriam a uma *gens*.

Para muitos, a dependência dos ricos e poderosos era inevitável. Enquanto as organizações comunais fossem relativamente fracas, somente poderosas famílias, com seus muitos partidários armados, poderiam oferecer proteção na guerra e contra outras formas de violência. Dívidas formavam outro caminho para a dependência. Em muitas sociedades do mundo mediterrâneo antigo, a dívida estabelecia – e tinha como função real estabelecer – uma relação duradoura entre o devedor e o credor. Agricultores que possuíssem somente um pequeno lote de terra eram altamente vulneráveis a uma colheita fracassada, e tinham grande dificuldade em estocar um excedente que os auxiliasse nos maus anos. Nos ambientes semi-áridos de muitos dos lugares do Mediterrâneo, más colheitas ou de baixo rendimento por causa da seca eram muito frequentes, uma circunstância que as guerras constantes só faziam agravar. Muitos homens eram forçados a procurar ajuda de seus vizinhos mais ricos, tomando empréstimos para alimentar suas famílias ou para plantar sua próxima safra. As dívidas feitas deste modo, deve-se notar, provavelmente nunca seriam quitadas; os devedores nunca conseguiriam ganhar o suficiente para pagá-la totalmente, e eles continuariam precisando da ajuda em anos de escassez. Por outro lado, a dívida criou uma relação permanente na qual os devedores perderam o controle de suas terras e de seu trabalho, enquanto os credores ganharam seguidores e uma permanente força de trabalho. Em muitas cidades antigas da Grécia e Itália, a dívida formou uma das principais fontes de conflito social.

A produção de bens luxuosos e também o seu comércio provavelmente se dirigia aos proprietários das elites. No mundo mediterrâneo deste tempo, os especialistas que faziam esses produtos de prestígio desejados pelos ricos e poderosos eram na maioria itinerantes. Tais especialistas levaram suas vidas, em outras palavras, locomovendo-se de um lugar a outro, oferecendo em cada um seus serviços aos ricos. Enquanto empregados, eles eram sustentados pelos seus clientes, que os mantinham em suas casas. Nos séculos VII e VI a.C., alguns produtores de cerâmica e de trabalho em metal certamente vinham do exterior para a Itália, geralmente da Grécia, mas também ocasionalmente de áreas da Fenícia.

Os líderes de algumas cidades claramente desempenharam o papel de estimular e proteger o comércio de longa distância, e a presença de itens estrangeiros de prestígio em santuários e em tumbas da elite confirma que elites locais eram

zelosas em beneficiar-se de tal comércio. No século VI a.C., Ceres e Tarquínia estabeleceram locais seguros nos quais comerciantes estrangeiros pudessem operar, e elas também fizeram acordos com outras cidades para proteger a navegação. A cidade grega de Síbaris, além disso, fundou colônias dependentes em Laus, Scidrus e Poseidonia na costa oeste da península, de modo que os comerciantes podiam viajar de Síbaris para a Campânia e ainda mais para o norte por terra, livrando-se das taxas impostas por Régio sobre navios que usassem o estreito canal entre a Sicília e a Itália.

Não é de se pensar, entretanto, que as elites governantes de tais cidades participassem elas próprias de comércios de longa distância. O desejo de possuir bens de lugares distantes não implica necessariamente um interesse pessoal em providenciar sua aquisição e transporte. De fato, a troca de bens era um fenômeno muito mais complexo. Membros das classes gregas mais altas, por exemplo, tinham desprezo pelo comércio e pelos comerciantes, mas ainda assim eles estavam envolvidos com as trocas com estrangeiros. Nos séculos VIII, VII e VI a.C., muito desta troca tomou a forma de oferecimento de presentes e da hospitalidade, que estabeleceu obrigações mútuas. Indivíduos de situação social equivalente em diferentes comunidades às vezes trocavam presentes (geralmente itens de prestígio) e, neste processo, cada qual reconhecia a posição social alheia. Os de classes inferiores também davam presentes aos seus superiores em troca de proteção e favores; comerciantes estrangeiros são conhecidos por terem dado presentes a membros das elites locais justamente com este propósito. Assim como os aristocratas gregos, as elites romanas em data mais avançada (ver Capítulo Cinco) também tinham desdém pelo comércio e pelos mercadores, e há inscrições etruscas mostrando a existência de uma cultura similar de oferecimento de presentes. Indivíduos líderes poderiam se beneficiar do comércio sem se envolver em uma relação comercial, e talvez sem mesmo vir a ter muito contato com os comerciantes. Os aristocratas italianos, em outras palavras, não eram mercadores.

Gregos e etruscos

Os séculos VII, VI e V a.C. foram a grande época das cidades etruscas e gregas na Itália e Sicília. Em adição às evidências fornecidas pela arqueologia e pelas inscrições (que muitas vezes são obscuras e nada informativas), as histórias dessas sociedades são iluminadas por alguns poucos textos literários. Alguns deles são até contemporâneos dos últimos estágios do Período Arcaico; eles identificam as maiores figuras e acontecimentos, e lançam luz sobre a organização social e política. Todos esses textos, entretanto, eram escritos a uma distância considerável das próprias comunidades. Na Grécia, começou-se a escrever histórias no século V. No último terço deste século, dois dos grandes historiadores gregos escreveram – mesmo se somente de modo tangencial na maior parte – sobre acontecimentos no Ocidente. Primeiro, enquanto pensavam sobre os motivos do famoso conflito entre o império persa – a poderosa liderança no leste do Mediterrâneo nesta época – e as cidades-estados gregas, Heródoto (morto antes de 420) descrevia em detalhes variados a história de várias cidades gregas da Sicília e sul da Itália, e principalmente do poder dos “tiranos” que eram quase sempre seus governantes. Segundo, Tucídides (c. 460-c. 400) esboçou a fundação de colônias gregas na Sicília (dois a três séculos antes de ele ter escrito) e comentou brevemente a história subsequente como parte de seu relato da expedição dos atenienses contra Siracusa (a maior cidade grega na ilha) durante a Guerra do Peloponeso entre Atenas e Esparta (431-404). Alguns séculos mais tarde, outros escritores gregos, como Diodoro Siculo (que morreu depois de 21

a.C.), um grego siciliota, e o biógrafo Plutarco (que morreu depois de 120 d.C.) também se ocuparam com os acontecimentos do período anterior, usando e adaptando trabalhos históricos anteriores que não sobrevivem hoje.

Ao contrário dos gregos, os etruscos são muito silenciosos. Alguns etruscos provavelmente escreveram histórias e crônicas de suas próprias cidades, mas somente poucos traços superficiais desses trabalhos permanecem. As cidades da costa etrusca às vezes aparecem nos escritos de historiadores gregos e romanos. Nos textos gregos, os etruscos aparecem como inimigos, competidores e piratas, cruéis e traiçoeiros. Os escritores romanos eram menos hostis, mas não menos etnocêntricos (ver Capítulo Dois).

Cidades gregas do sul da Itália e Sicília

Pelo fim do século VIII a.C., algumas colônias gregas da Sicília e do sul da Itália começaram a tomar a forma de cidades-estados (em grego, *polis*). Várias se tornaram notavelmente poderosas, dominando vastas áreas e grandes populações. Somente uma fração dos habitantes, entretanto, eram cidadãos da pólis, pois essas cidades gregas faziam nítida distinção entre cidadãos e não-



Mapa 1.2 – Sul da Itália e Sicília.

cidadãos, e mesmo entre os descendentes dos primeiros colonizadores gregos e os descendentes dos que chegaram depois. No século VI, Selinonte, por exemplo, o cerco murado original da colônia do século VII (que cobria 24 acres/10 hectares) continha templos e um distrito residencial da elite. Os residentes mais pobres, por oposição, viviam em grandes concentrações de habitações abarrotadas de pessoas fora dos muros, ou em casas dispersas e aldeias na região rural. Ao mesmo tempo, Siracusa veio a dominar um vasto território. Este incluía a cidade propriamente e as terras cultivadas diretamente pelos seus cidadãos; um número de fortalezas militares com guarnições permanentes; a colônia grega semi-autônoma de Camarina,

com seus cidadãos e território; um número de aldeias habitadas por sículos nativos que haviam sido rebaixados a status de servos trabalhadores das terras da elite governante; e finalmente umas poucas áreas onde os sículos mantinham um status semi-autônomo. Em outra parte, as cidades gregas de Gela e Acragas (ambas na costa sul da Sicília) mantinham organizações similares. Como fizeram as cidades do sul da Itália de Tarento (em latim, Tarentum), Síbaris e Crotona.

As cidades gregas da Sicília e Magna Grécia sofreram divisões internas nítidas. Oligarquias reduzidas, compostas pelos descendentes dos primeiros colonizadores, por muito tempo controlaram as melhores terras e os melhores cargos públicos. Em Siracusa, eles eram chamados de *gamoroi*, aqueles que repartiam a terra; em outras cidades, os grupos governantes eram chamados de *hippeis* ou cavaleiros. Em adição a essas famílias ricas, gregos de um status menos nobre formavam o corpo dos cidadãos ou *demos*, e seu serviço militar era essencial para a sobrevivência do estado, embora este *demos* via de regra tivesse direitos políticos reduzidos. Tais divisões, assim como a nítida divisão entre gregos e não gregos, fizeram com que muitas cidades tivessem uma estabilidade interna precária. Guerras civis e golpes e a expulsão das facções derrotadas não eram incomuns; e disputas civis podiam resultar no estabelecimento de um tirano, o governo pessoal de um único indivíduo apoiado por seguidores armados.

A partir da metade do século VI a.C., essas cidades-estados gregas da Sicília e sul da Itália, já perturbadas por problemas internos, entraram em um período de conflitos mais sérios e de maiores dimensões, com os quais mesmo os não gregos estavam fartos. As cidades mais poderosas, capazes de dominar a população nativa de seu território, começaram a pressionar os territórios dos outros. Durante o século VI, Síbaris era a mais poderosa cidade grega na Itália; em 510, entretanto, depois de se enfraquecer com as revoltas civis, foi derrotada e destruída por sua vizinha Crotona. No século V, Régio e Locris (ambas localizadas mais para o oeste) deram fim à primazia de Crotona. Durante este século, Siracusa, com sucesso, dominou muitos de seus vizinhos gregos menores.

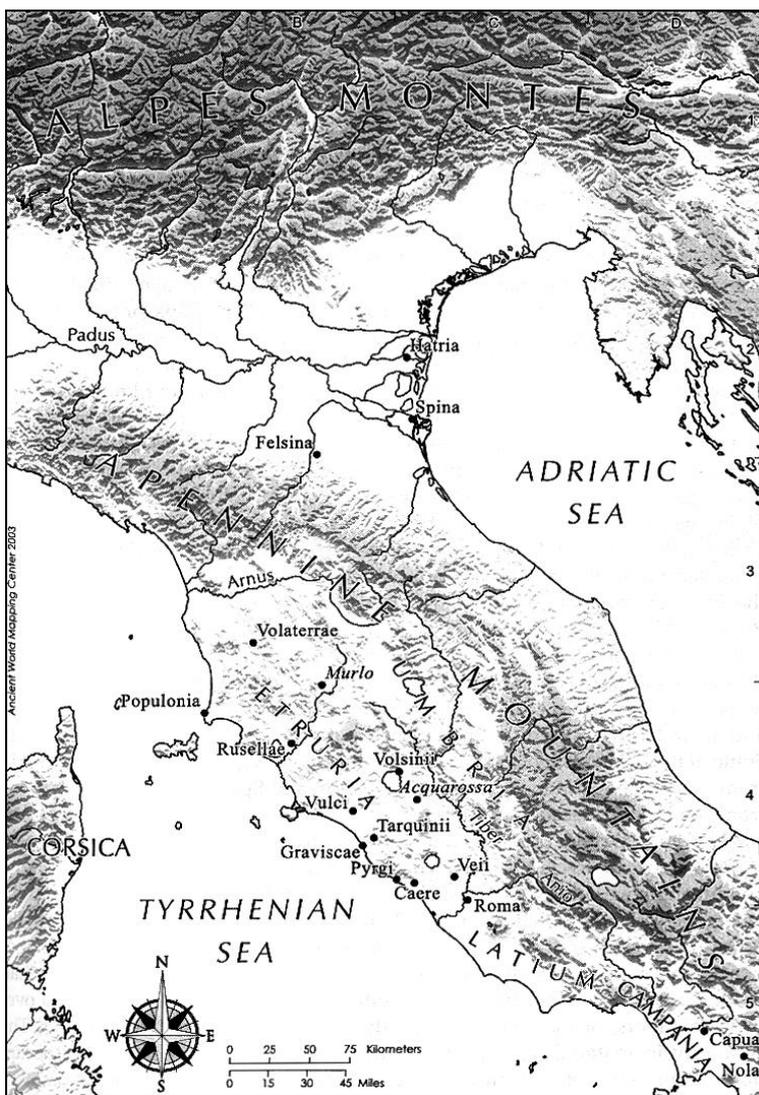
Etruscos

Pelo fim do século VIII a.C., um número de comunidades no sul da Etrúria – Ceres, Tarquínia, Vulcis e Veios – começaram a desenvolver-se rapidamente em cidades-estados. Por volta do fim do século VII, outras podiam ser encontradas no norte da Etrúria, em Populonia, Rusela e Volterra, assim como no interior, nos vales dos rios Tibre e Arno. Essas cidades possuíam uma língua comum, e muitos aspectos de seu governo, organização social e religião eram similares; elas também tinham um sentimento de identidade compartilhada. As cidades-estados etruscas nunca se uniram politicamente, e frequentemente eram rivais e até mesmo inimigas.

Os maiores centros da Etrúria controlaram territórios substanciais. O poder político e o culto público ficavam concentrados no centro, reduzindo os outros pó-voamentos no território a um papel subordinado, ou forçando seu abandono quando os habitantes eram movidos para a cidade. As cidades maiores muitas vezes ocupavam muitas centenas de acres, embora as construções não ocupassem todo esse espaço. Povoações dependentes menores, algumas não mais extensas que 25 acres (10 ha), podiam ser encontradas em direção à periferia do território maior da comunidade, muito distantes para serem cultivadas pelas pessoas do centro. As aldeias ocupavam menos que 10 acres (4 ha) em torno da cidade central, enquanto havia vilarejos ou fazendas que cobriam 2 a 3 acres (1 ha) no máximo. Em alguns casos, alguns povoados

menores continham uma estrutura religiosa ou habitações da elite, e mesmo fortificações. Em adição, poucas cidades de tamanho intermediário, raramente ultrapassando 100 acres (40 ha), preservaram uma independência precária em zonas que ficavam isoladas dos maiores povoamentos. Muitas dessas cidadelas, entretanto, finalmente sucumbiram aos seus vizinhos mais fortes: Murlo foi destruída duas vezes, primeiro em c. 600 e finalmente em c. 530. Acquarossa desapareceu em 500.

Os santuários nos territórios de algumas cidades promoveram relações tanto entre comunidades na Itália como também com o mundo estrangeiro. No Período Orientalizante, proprietários aristocratas teriam sido mediadores do comércio de longa distância, mas no século VI um envolvimento institucional mais amplo se desenvolveu em alguns lugares. Em Gravisca e Pyrgi, os portos de Tarquínia e Ceres respectivamente, complexos templos elaborados receberam consagrações tanto de nobres locais como de mercadores gregos, fenícios, latinos e etruscos. Em alguns casos, deuses locais eram identificados com outros estrangeiros: em Gravisca, o deus Uni estava ligado com o Astarte fenício. Por volta de 500, em uma longa inscrição em etrusco e fenício, o governante de Ceres registrou uma oferenda que ele fez; sua escolha pelas línguas ilustra a importância dos fenícios ali (talvez vindos de Cartago, ou de outra colônia do oeste). Lugares de culto como esses serviam, pois, como centros de interação entre povos de diferentes origens sob a proteção da comunidade que os abrigava. Sabe-se que mais além no Mediterrâneo, por esta época, locais de



Mapa 1.3 – Etrúria e Vale do Pó.

santuários desempenharam a mesma função.

Os vestígios dos etruscos não se limitam à Etrúria. Em alguns lugares, povoados etruscos seguiram os predecessores vilanovianos, assim como eles fizeram na Etrúria propriamente: Cápua e Nola na Campânia, bem como Felsina (moderna Bolonha), através dos Apeninos, são bom exemplos. Novos centros etruscos apareceram, além disso, no Vale do Pó ao longo dos séculos VI e V a.C. Pequenos grupos de etruscos também habitaram lugares que permaneceram essencialmente não etruscos, uma vez que inscrições em língua etrusca têm sido encontradas em muitos lugares do Lácio (incluindo Roma), Campânia e Úmbria.

No Período Arcaico, as elites etruscas estavam entre as mais ativas na Itália, mas a natureza de sua interação com comunidades não-etruscas nem sempre é clara. Alguns estudiosos sugerem que práticas etruscas se disseminaram com movimento das elites e seus seguidores, que viriam a dominar comunidades preexistentes. Alguns dos centros etruscos ao norte devem ter começado dessa forma: *Hadria* (Ádria), de onde o Mar Adriático recebe seu nome, e Spina, o maior centro comercial desde as últimas décadas do século VI, devem ter sido originalmente cidades gregas. Escritores romanos de período tardio pensavam que os últimos três reis de Roma tinham descendência etrusca, e eles acreditavam que algumas das principais instituições e práticas de Roma eram de origem etrusca. Todavia, não está claro até onde a emergência das cidades em regiões como o Lácio pode ser atribuída aos etruscos. Nos séculos VII e VI, as principais comunidades etruscas estavam entre os mais ricos e poderosos centros urbanos da Itália; deste modo, eles teriam obviamente exercido influência, impondo-a diretamente através do poder que exerceram sobre seus vizinhos ou indiretamente através dos modelos que eles ofereciam para outros. A similaridade na cultura material que muitos estudiosos vêem como significando sem sombra de dúvidas a presença de uma elite etrusca, pode ao contrário ser devida à formação de um estilo internacional de elite – algo que atravessou fronteiras étnicas e foi compartilhado por numerosas elites locais imitando umas as outras para aumentar seu próprio prestígio. Pelo mesmo indício, a presença de falantes da língua etrusca pode indicar somente que as novas cidades-estados em formação em muitas regiões estavam por um período de tempo abertas para o estrangeiro. Os romanos, deve ser notado, pensavam que Lucio Tarquínio Prisco – o primeiro rei etrusco de Roma e pai do segundo – veio de Tarquínia para Roma como um imigrante, não como um conquistador.

Capítulo 2 – Os Primeiros Séculos de Roma

Assim como muitos outros lugares na e perto da costa oeste da Itália central, Roma começou a se desenvolver em cidade-estado nos séculos VIII e VII a.C. Roma se tornaria uma cidade especialmente poderosa nos períodos Orientalizante e Arcaico, quando superou muitos dos seus vizinhos. Por causa de sua riqueza e poder, e posteriormente pelo sucesso das elites que fizeram dela seu centro, a história remota de Roma é mais bem conhecida que de qualquer outra comunidade da Itália. Da evidência que sobrevive, está claro que muitas das condições e instituições que contribuiriam para o subseqüente poder da cidade tiveram suas raízes nos séculos VII, VI e V a.C.

A emergência de uma comunidade urbana

A Antiga Roma ocupava um grupo de colinas defronte ao rio Tibre. A localização de Roma era muito favorável. A água era abundante, enquanto suas colinas e rio proporcionavam fácil defesa. Duas das mais importantes rotas na Itália central passavam por ali, uma a partir das salinas, na foz do Tibre, ao longo das margens do rio dirigindo-se para o interior, e a outra a estrada costeira da Etrúria para a Campânia, que atravessava o Tibre por um vau neste trecho, o local mais próximo do mar onde isto era possível. Um pequeno córrego (Velabro) que corria através de um vale pantanoso separava três das colinas que eram especialmente importantes na Roma primeva: o Capitólio, o Palatino e a Vélia.

Quando secou nos séculos VII e VI, este vale se tornou o *Forum Romanum* (Fórum Romano), o centro político e religioso da cidade. Ao longo das margens do Tibre, onde o córrego que drenou o vale do Fórum encontra o rio, uma pequena planície dá acesso ao vau do Tibre; esta planície se tornaria o *Forum Boarium* (Fórum Boário), o principal mercado e porto da Roma urbana.



Mapa 2.1 – Roma e as redondezas.

Os montes e vales ali estavam habitados muito antes de Roma tornar-se uma cidade. Arqueólogos encontraram fragmentos dispersos de cerâmica datada de antes da Idade do Bronze Média, mas o sítio não deve ter sido ocupado de modo permanente até bem mais tarde. As mais antigas sepulturas conhecidas – e, portanto, indiscutivelmente traços de povoamento – datam de

aproximadamente 1000; com sepulturas similares às de outros sítios latinos, elas marcam o começo da primeira fase da “cultura do Lácio”. De três milênios para cá, Roma tem sido densamente ocupada, de modo que pouco na forma de prospecção ou escavações sistemáticas em larga escala é possível hoje. Entretanto, achados mostram que diversas pequenas concentrações de cabanas ocupavam os montes, e talvez também os vales entre eles e a planície que margeia o rio. Algumas dessas aldeias compartilhavam cemitérios, mas parece que nenhum sentimento de identidade comum ligava todas as aldeias dos montes. A esse respeito, a Roma primeva era um pouco diferente de outros centros latinos, embora possa ter sido muito mais populosa que a maioria.

Depois de c. 800, indícios sugerem que uma comunidade maior e mais altamente organizada estava emergindo. Sepultamentos começam a concentrar-se em poucos cemitérios grandes nas margens das áreas ocupadas; enquanto isso, os cemitérios dispersos, cada um compartilhado por algumas poucas aldeias, começam a cair em desuso. As primeiras tumbas na necrópole do Esquilino – o principal cemitério de Roma nos séculos VII e VI – datam deste período. Ao mesmo tempo, achados de cerâmica grega no sítio do Fórum Boário podem mostrar não somente que os habitantes de Roma estavam em contato com lugares distantes, mas também que a planície ao longo do rio Tibre já desempenhava seu papel posterior como mercado e porto. Mais tarde, também, esta área seria o lugar do *Ara Maxima*, um altar dedicado ao herói grego Hércules (em latim, Hércules) e associado com o comércio; seu culto teria sido estabelecido aqui já no século VIII.

Talvez as indicações mais notáveis de que uma comunidade mais altamente organizada ocupava então o sítio de Roma surgiram nas encostas do lado nordeste do monte Palatino. Aqui, escavações recentes descobriram um muro da metade do século VIII, construído de argila e madeira sobre uma fundação de pedra, correndo ao longo da base da colina. A função do muro é incerta: alguns estudiosos acreditam ser uma fortificação, enquanto outros sugerem que marcava alguma fronteira sagrada. Entre 675 e 550, três sucessivos muros de pedra seguiram a linha do antigo, de argila e madeira; mas por volta de 530, a utilidade de todos esses muros chegou ao fim, pois os construtores então cobriram-nos com uma grande plataforma de terra para suportar habitações. Mesmo que a construção do primeiro muro naturalmente tenha requerido muita organização e esforço, a identidade dos construtores permanece obscura. Residentes das vilas sobre o Palatino devem ter sido os responsáveis, embora seja possível que as pessoas dos outros montes também tenham participado, fazendo do muro um sinal de uma crescente união da comunidade.

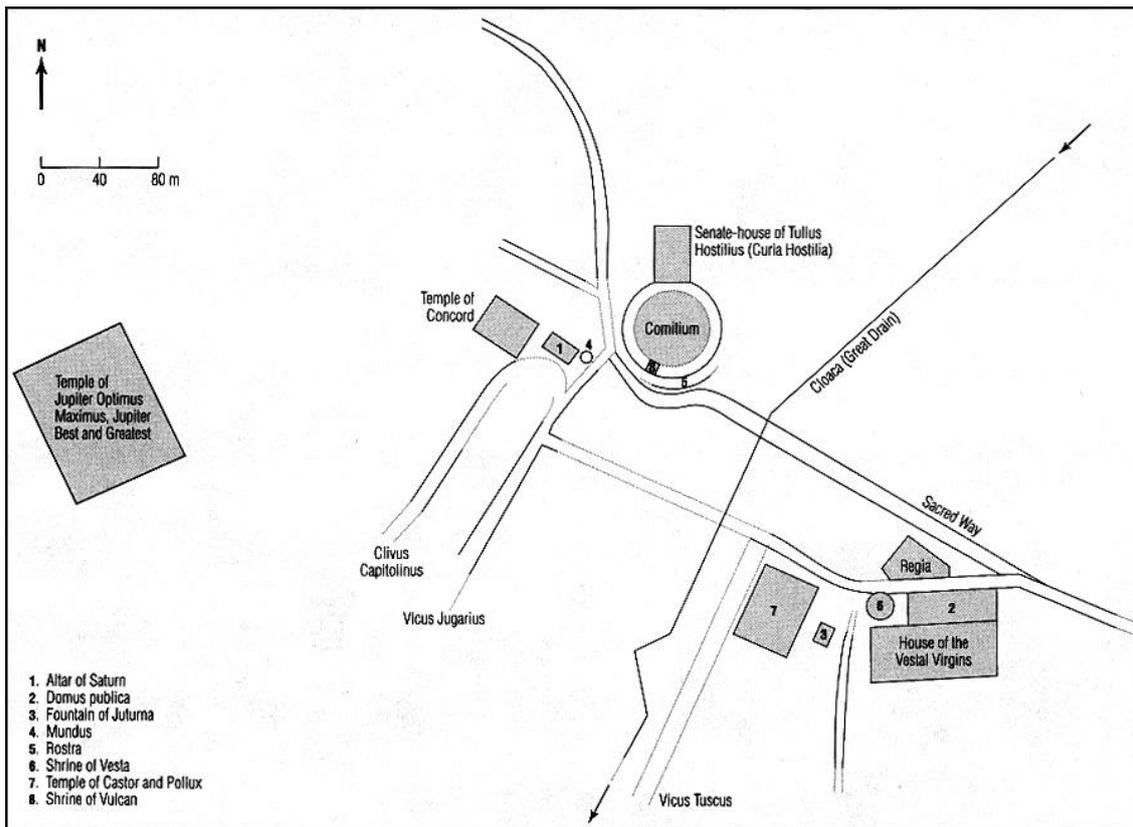
A partir da metade do século VII, os romanos começaram a transformar o vale que separa os montes em centro cívico e religioso da cidade, o Fórum Romano. Mais antigamente, este vale – que em grande parte era pantanoso e sujeito a inundação – possuía não mais que algumas concentrações de cabanas e alguns cemitérios. A primeira fase de construção, que começou por volta de 650, transformou parte do vale num lugar no qual os romanos podiam se reunir para os eventos comunitários; para este propósito, as cabanas foram derrubadas, as áreas mais baixas do vale foram drenadas e aterradas, e uma cobertura grosseira de terra batida foi assentada na superfície. Um quarto de século depois, esta pavimentação foi renovada e estendida, preenchendo mais terras pantanosas. Desde então, o Fórum serviria como o principal lugar para assembléias e cerimônias públicas na cidade.

Como centro político da cidade, o Fórum também se tornou a mais importante construção urbana. Próximo do fim do século VII, a *Regia* (ver Roma sob os Reis) foi erigida ao longo de sua extremidade. No fim deste século, os construtores fizeram outro espaço público, mais tarde conhecido como o *Comitium* (Comício), e ao longo de suas bordas eles construíram um grande edifício de pedra que provavelmente deve ser identificado com a posterior *Curia Hostilia* (Cúria Hostília). A utilidade original do Comício e da Cúria Hostília é obscura. Em períodos posteriores ao menos (e possivelmente desde o início também), eles eram cruciais para o funcionamento do Estado romano: o Comício era um espaço sagrado onde os funcionários convocavam os cidadãos para votar, ouvir casos de Justiça e tomar (ou ser informado sobre) decisões públicas importantes; a Curia Hostilia servia como um dos lugares de encontro do conselho dos anciões conhecido como *senado*.

Durante o século VI, um santuário dedicado ao deus Vulcano foi construído não muito longe do Comício. Por volta da metade do mesmo século, no lado oposto do Fórum, foi construído, próximo da Régia, o primeiro edifício no local do antigo templo de Vesta (que continha o coração sagrado da cidade). Por volta do último terço do século, a *Via Sacra*, a principal estrada de procissão da cidade, foi pavimentada e nivelada no ponto em que alcançava a esquina sudeste do Fórum. Por volta do começo do século V, os templos de Saturno e de Castor foram construídos no lado sul.

Em adição ao Fórum Romano, dois outros maiores centros da vida cívica e religiosa de Roma, o Capitólio e o Fórum Boário, também começaram a ser adornados com estruturas maiores e mais elaboradas. No fim do século VII, os construtores demoliram as cabanas de parte da planície ao longo das margens do Tibre e estabeleceram um espaço sagrado, o qual com toda probabilidade continha um altar. O primeiro templo neste local, provavelmente dedicado a Fortuna, foi construído no segundo quarto do século VI; ele foi reconstruído uma geração depois, e decorado com frisos de terracota e estátuas do herói grego Hércules e da deusa grega Atena. Sobre o monte Capitólio, os romanos começaram a construir o templo de Júpiter O Grande e Magnífico (*Jupiter Optimus Maximus*) em torno do começo do século VI; quando foi completado, por volta do fim do século, esta estrutura constituía um dos maiores templos na Itália. Por último, mas não menos importante (embora a questão seja controversa), os romanos do século VI protegeram parte de sua cidade escavando uma *fossa* que tinha 55 pés (16,5 m) de largura em certos lugares, e construindo um *agger* (muro) de 40 pés (12 m) de altura.

Uma elite rica e poderosa vivia na cidade. Bens depositados em tumbas do século VII revelam a presença de famílias aristocráticas capazes de gastar recursos em grandes exposições de seu status. Os romanos ricos também construíram edifícios para seu uso pessoal. Em 625, casas construídas de pedra e cobertas com telhas substituíram algumas cabanas na Vélia. Outras desse tipo logo foram levantadas sobre o Palatino e outros montes. Por volta de 530, os muros que delimitavam a extremidade nordeste do Palatino foram cobertos por uma grande plataforma de terra. Sobre esta, ao menos quatro substanciais habitações privadas foram construídas, com grandes salões para receber convidados ou *atria* (no singular, *atrium*), e outros cômodos reunidos em torno de jardins fechados – aspectos que marcariam as casas aristocráticas romanas por séculos. Pelo fim do século VI, as habitações se espalharam sobre a maior parte dos montes, fazendo de Roma uma das maiores cidades da Itália.



Mapa 2.2 – A área do Fórum.

Roma e sua história primeva

Em Roma, uma efetiva tradição historiográfica complementa a evidência arqueológica e os textos breves e fragmentários de inscrições arcaicas. Os próprios historiadores de Roma, escrevendo séculos depois, deram relatos detalhados da história primitiva de sua cidade. Sete reis, supostamente, governaram em Roma. Rômulo fundou a cidade, juntamente com suas mais importantes instituições políticas. Numa Pompílio estabeleceu o padrão da vida religiosa de Roma. Seus sucessores construíram templos, fundaram instituições e, como seus predecessores, empreenderam guerras contra os vizinhos de Roma. Sérvius Túllio, o sexto rei, foi praticamente o segundo fundador da cidade. Relatos do reinado de Tarquínio, O Soberbo, o último rei de Roma, justificam sua queda e o fim da monarquia. As datas que os especialistas dão à fundação da cidade por Rômulo variam amplamente, embora a maioria recaia sobre o século VIII. Marcus Terentius Varro (Varrão, 116-27 a.C.), um dos mais notáveis estudiosos de Roma, acreditava que Rômulo fundou Roma em 753, uma data que veio a ser tradicionalmente adotada.



Figura 2.1 – Esta estátua de terracota do deus grego Apolo decorava o telhado do Templo Portonaccio em Veios, o qual era provavelmente dedicado à deusa Minerva (ver Fig. 1.4). Outras estátuas acroteriais fixadas ao templo representam Hércules e possivelmente Hermes; todavia, a figura de uma mulher com uma criança confunde sua identificação. É atribuída a Vulca, escultor de Veios, a estátua do culto de Júpiter O Grande e Máximo, no Capitólio, para o qual foi dedicado em 509 – por volta da mesma data, em outras palavras, do santuário de Portonaccio.

A confiabilidade destas histórias está longe de ser certa. Seus autores escreveram séculos depois dos eventos que eles recontaram; eles encheram seus trabalhos de anacronismos e de construções míticas patrióticas; eles viam a cidade como imutável em muitos aspectos importantes; eles apresentavam sua história de uma forma que quase sempre ignorava ou minimizava a influência dos vizinhos e aliados. Rômulo certamente é um personagem mítico: seu nome significa simplesmente “os romanos”, e serve para explicar a existência da cidade e seu nome. Os demais monarcas devem realmente ter vivido e governado – seus nomes

de família estavam todos em uso por algum tempo em Roma –, mas os feitos atribuídos a eles são cheios de mitos, narrativas moralizantes, invenções e propaganda política de períodos posteriores.

Tabela 2.1 – Datas dos reis de Roma de acordo com Varrão

Rômulo	753-715
Numa Pompílio	715-673
Tulo Hostílio	673-642
Anco Marcio	642-617
Lucio Tarquínio Prisco (Tarquínio, O Velho)	616-579
Sérvio Túlio	578-535
Lucio Tarquínio Soberbo (Tarquínio, O Magnífico)	534-510

Os gregos ensinaram os romanos a escrever histórias. Historiadores gregos e romanos vieram a desenvolver idéias claras sobre como se escrever história e por quê. Pensava-se que historiadores podiam tanto compor relatos de um único e significativo evento, como uma guerra; ou eles podiam registrar a história de uma cidade de sua fundação até o tempo do próprio autor; ou eles podiam descrever de modo geral a história da civilização mundial. As duas primeiras dessas alternativas eram mais populares entre os autores romanos. Além disso, histórias particulares podiam glorificar alguém da cidade, e entreter ou instruir o seu leitor. A fim de

entreter, os historiadores ofereciam muitas histórias vívidas e dramáticas cheias de detalhes coloridos. Para instruir, eles centralizavam líderes individuais, as situações com as quais deparavam e os efeitos de suas ações sobre a cidade. Esperava-se que tais relatos pudessem fornecer exemplos memoráveis de ações que os bons cidadãos deviam imitar ou evitar.

As primeiras histórias gregas foram escritas no século VI, mas as romanas mais antigas não apareceram antes de dois séculos depois. *Quintus Fabius Pictor* (Quinto Fabio Pictor), o primeiro historiador romano, fez um relato – escrito em grego, não em latim – da história de Roma desde sua fundação até seus dias (c. 200). Outros logo seguiram-no. Meio século depois, *Marcus Porcius Cato* (Marcos Pórcio Catão), o Velho, escreveu a primeira história em prosa em latim; seu título, *Origens*, indica um de seus maiores temas. Esses primeiros trabalhos não sobreviveram, embora sua influência tenha persistido. De fato, tanto historiadores gregos como romanos compuseram suas obras de modo que hoje em dia nós poderíamos chamar de plágio, já que eles quase sempre incorporavam partes de trabalhos de outros em suas próprias obras. Hoje, nosso conhecimento desta tradição historiográfica da Roma primeva deriva de dois escritores romanos em particular – *Marcus Tullius Cicero* (Marcos Túlio Cícero, 106-43) e *Titus Livius* (Tito Lívio, 59 a.C.-17 d.C.) – assim como de autores gregos como *Diodorus Siculus* (Diodoro Sículo, última metade do século I a.C.), *Dionisus de Halicarnassus* (Dionísio de Halicarnasso, fim do século I a.C.), Plutarco (antes de 50 d.C. até depois de 120 d.C.) e *Cassius Dio* (Dião Cássio, fim do século II e começo do III d.C.).

Os historiadores romanos raramente se ocupavam do que um historiador moderno reconheceria como pesquisa. Sem dúvida, os romanos de anos posteriores tiveram acesso a informação sobre períodos anteriores que era, em termos atuais, confiável. Alguns documentos sobreviveram, embora os romanos de tempos mais tardios os achassem difíceis de decifrar e interpretar. Os monumentos quase sempre traziam breves inscrições identificando seus construtores e talvez a ocasião de sua construção. Um grupo de sacerdotes, os pontífices, manteve um relato anual de acontecimentos significativos, os chamados anais pontíficos. Estes anais, que se iniciaram não depois do século V, identificavam os principais funcionários eleitos a cada ano, mencionavam vitórias e talvez derrotas, registravam a fundação de templos e levantavam uma série de acontecimentos dramáticos e incomuns que julgavam ser de alguma forma revelação do desejo dos deuses: tais acontecimentos incluíam fomes, terremotos, tempestades violentas e queda de raios sobre edifícios e monumentos.

Todavia, poucos historiadores romanos parecem ter consultado os antigos textos diretamente. Ao invés disso, eles se baseavam em interpretações desses (nem sempre precisas) encontradas em trabalhos de autores anteriores. Eles também recorriam a outras fontes, que os historiadores modernos achariam menos fidedignas. Por exemplo, etiologias populares ou sacerdotais – histórias contadas para explicar ou justificar um rito religioso através do relato de sua primeira aparição – quase sempre penetravam nas histórias. Os historiadores faziam uso de tradições familiares também. Na Roma do século IV, assim como posteriormente (ver Capítulo 3), um relativamente pequeno círculo de famílias proeminentes ocupava a maior parte dos cargos públicos e comandava a maioria dos exércitos. Essas famílias líderes afirmavam sua grandeza proclamando os títulos e os feitos de seus ancestrais; neste processo, como muitas vezes se suspeitava, também exercitavam os poderes de sua imaginação.

Quadro 2.1: Quando relatavam a história antiga de Roma, os historiadores romanos e (posteriormente) gregos frequentemente imaginavam os primeiros líderes da cidade como iniciadores e executores de práticas que mais tarde seriam típicas de seus políticos. Aqui Plutarco apresenta Rômulo fundando Roma com exatamente os mesmos ritos que os fundadores das colônias romanas usavam no século IV e posteriormente (ver Capítulo 3).

Plutarco, *Romulus* 11: Rômulo enterrou Remo na Remonia, junto com os servos que o tinham criado. Ele então começou a construir sua cidade, depois de convocar especialistas nos costumes e escrita sagrados da Etrúria, que lhe ensinaram tudo como se num rito religioso. Uma trincheira foi aberta em torno do que é agora o *Comício*, e nela foram depositados os primeiros frutos do que era considerado bom por costume e necessário por natureza. E finalmente cada homem trouxe uma pequena porção do seu solo nativo e lançou ali dentro, onde foram misturados. Eles chamam essa trincheira de *mundus*, como também fazem aos céus. Depois eles demarcaram a cidade com um círculo em torno deste centro. E o fundador, colocando uma relha de bronze sobre o arado e emparelhando a este um boi e uma vaca, abriram sulcos profundos em torno das linhas de fronteira, enquanto aqueles que o seguiam retornaram os torrões levantados pelo arado para dentro da cidade, não deixando nada do lado de fora. Com esta linha, eles demarcaram as muralhas, e esta é chamada por contração de *pomerium*, em outras palavras, “atrás do muro” (*post murum*). E onde eles pretendiam colocar um portão levantaram o arado e deixaram um espaço vazio. E é por esta razão que eles vêem o muro inteiro como sagrado, exceto seus portões.

Finalmente, historiadores romanos, assim como seus modelos gregos, sentiam-se livres para inventar partes de suas narrativas. Em princípio, historiadores são ligados a fatos: eles deveriam descrever somente guerras que realmente aconteceram, e identificar corretamente seus vitoriosos e vencidos. Mas podiam também embelezar suas narrativas quando havia pouca orientação factual. Então, eles adicionavam ações menores, reivindicações de causas, e até palavras e ações específicas quando eles achavam que seus relatos precisavam delas. Para ser exato, havia poucos critérios: atribuições deviam ser plausíveis; deveriam tanto ser verdadeiras para caracterizar como para ilustrar os relatos; e não poderiam contradizer acontecimentos conhecidos. Inevitavelmente, entretanto, uma consequência comum de tais adições era projetar no passado as atitudes e práticas da época do autor. Os historiadores romanos tendiam a pensar que sua cidade, em essência, era imutável desde data remota. Eles não hesitavam então em acreditar que os romanos dos séculos anteriores tinham as mesmas atitudes e valores que seus descendentes, e que no passado distante da cidade o funcionamento social e político da cidade era em muitos aspectos semelhante ao dos períodos posteriores.

Separar fato de imaginação é sempre uma tarefa difícil, e os especialistas modernos há tempos discordam sobre o grau em que a tradição romana pode ser considerada confiável. A este respeito, os estudiosos de hoje estão mais de acordo com os romanos que os seus predecessores. Histórias romanas contêm uma mistura nada simples de fato, suposição e de completa invenção. Grande parte é verdadeira, sem dúvida. Do século VI em diante, o relato principal de guerras, conquistas e de adoração de novos templos é com toda probabilidade correto. Os indivíduos mais importantes sobre os quais lemos não só devem ter realmente

existido, como devem ter feito coisas que parecem, mesmo que remotamente, com os feitos a eles atribuídos. Dito isso, há inquestionavelmente elementos que foram moldados por suas possibilidades dramáticas, ou por suas utilidade como meios de exaltar a virtude e condenar os vícios. Não faltam histórias lúgubres e narrativas moralizantes nas quais homens e mulheres heróicos executam grandes feitos e sofrem destinos trágicos, nem escassez de vilões, alguns dos quais sofrem por sua conduta condenável.

Como resultado, a tradição histórica romana, quando comparada com a evidência das escavações arqueológicas e com as inscrições, permite que uma visão geral da história mais antiga da cidade seja conhecida com alguma confiabilidade – principalmente no que diz respeito aos séculos VI e V. Em alguns pontos específicos, além do mais, este retrato da cidade e de suas instituições em períodos Orientalizante e Arcaico podem ser complementados com o uso de evidências de práticas posteriores cuja origem sabe-se proveniente deste período anterior. As formas mais antigas dessas instituições podem ter variado consideravelmente em relação a versões mais tardias e mais bem conhecidas, mas em certos casos nós podemos estar certos de que elas estavam presentes de uma forma ou de outra.

Roma sob os reis

Os reis certamente governaram em Roma. *Rex*, a palavra latina para rei, aparece em dois fragmentos de textos do século VI, uma que é uma longa inscrição do santuário de Vulcano, e a outra, um fragmento de cerâmica encontrado na Régia. E a monarquia persistiu em Roma na forma de um cargo sacerdotal, o *rex sacrorum*, que conservou as funções religiosas do rei até bem depois que os poderes políticos e militares tinham sido perdidos. Roma não foi a única cidade italiana a ter um rei, mas está longe de ser conhecido com exatidão o quanto era comum a monarquia. Como vimos no Capítulo 1, os tiranos, que tomavam o poder à força e com frequência governavam da mesma forma, governaram muitas cidades gregas do sul da Itália e Sicília durante os séculos VI e V. Os reis conduziram um certo número de cidades etruscas também, do século VII aos primeiros anos do VI. Com exceção de Gabios, que supostamente teve um rei imposto pelo último rei de Roma, nenhuma outra cidade latina é conhecida por ter tido reis próprios. Fora a colônia grega de Cumas, a qual foi governada por tiranos por um tempo, as organizações internas das cidades da Campânia são quase completamente desconhecidas. Falando de um modo geral, algumas cidades podem nunca ter tido reis, ou os tiveram somente temporariamente. Historiadores romanos acreditavam que sua monarquia não era hereditária, de modo que cada rei tinha de estabelecer seu direito de governar. Na tradicional lista dos sete reis, deve-se notar, há somente um exemplo em que pai e filho ocuparam o trono, e mesmo assim o poder de um outro interveio.

Romanos de data mais tardia associaram seus reis à liderança na guerra, à construção de templos e outros edifícios públicos, à realização de ritos religiosos e à garantia de julgamentos em disputas legais. Conta-se que esses governantes mais antigos derrotaram várias cidades e vilas das redondezas, forçando alguns de seus habitantes a se mudar para Roma, enquanto a outros foi permitido permanecer no que se tornaria não mais que pequenos centros rurais sem muita vida cívica. Arqueólogos encontraram vestígios de cidades próximas de Roma, algumas das quais eram ricas e poderosas no século VII, mas não mais que vilas fortificadas no século VI. Em períodos mais tardios, os romanos regularmente

celebravam ritos que marcavam as fronteiras de seu território em séculos anteriores. Certos rituais preservavam a memória de um tempo em que o território romano englobava apenas 75 milhas quadradas (190 km²) aproximadamente, e as fronteiras de Roma não distavam mais do que 5 milhas (8 km) da cidade em qualquer direção. Por volta do fim do século VI, entretanto, Roma tinha se tornado um lugar bem maior: seu território provavelmente cobria quase 300 milhas quadradas (780 km²), enquanto a população deveria ter alcançado 35 mil habitantes.

A área em torno do Fórum Romano continha numerosos lugares ligados aos ritos e atividades que os historiadores romanos mais tarde associaram com a monarquia. Por volta de 625, a Régia foi construída no mesmo padrão geral dos “palácios” em Murlo e Acquarossa, com pequenos aposentos circundando um pátio central. O edifício tinha uma clara função religiosa. Nele, santuários de Marte e Ops Consiva, os deuses da guerra e da riqueza, serviram como centro de uma gama de tarefas sagradas executadas pelos reis e seus sucessores sacerdotais. No século VI, a Régia provavelmente era parte de um complexo maior que incluía o templo de Vesta, que continha o coração sagrado da cidade, e a *domus publica*, mais tarde a casa do líder de uma importante escola de sacerdotes e muito possivelmente a habitação de reis no século VI. Não muito longe, na área consagrada ao deus Vulcano, foi encontrada uma longa legislação do século VI, hoje muito fragmentária, a qual parece registrar os regulamentos de natureza ritual que de algum modo envolvia o rei.

A aristocracia também tinha seus próprios papéis político, religiosos e militares na cidade. Historiadores romanos mais tardios afirmaram que os líderes das famílias aristocráticas se encontravam em um conselho de anciãos conhecido como senado, no qual escolhiam os reis, ajudavam-nos a fazer política e em algumas ocasiões resistiam a suas iniciativas conforme julgassem necessário. Conselhos aristocráticos eram comuns no mundo das cidades-estados: podiam ser encontrados em muitas cidades gregas e eram conhecidos, em data tardia, em muitas cidades italianas também, incluindo Roma. Provavelmente funcionava algum tipo de conselho – neste período certamente com característica aristocrática – na Roma dos reis. Por muito tempo, este senado se reunia em um edifício conhecido como Cúria Hostília, supostamente construído primeiramente por Túlio Hostílio; como foi observado anteriormente, escavações têm mostrado que um grande edifício de pedra foi construído no sítio por volta de 600. Assim como os reis, membros proeminentes da elite romana também tinham seus próprios papéis religiosos. Romanos de séculos tardios acreditavam que certas famílias aristocráticas gozaram especialmente de estreitas relações com os deuses; com o tempo, também, famílias proeminentes certamente vieram a monopolizar os mais importantes cargos sacerdotais.

Como outras cidades da Itália central, Roma parece ter assistido a certa mobilidade das famílias da elite durante os séculos VII, VI e começo do V. Alguns aristocratas e seus seguidores se mudavam de cidade para cidade, ocupando no novo lugar a posição que haviam abandonado na antiga. Tarquínio, o Velho, acredita-se, mudou-se para Roma vindo da cidade etrusca de Tarquínia. Por volta de 500, a aristocrática família Claudii (Claudios), que séculos depois forneceria imperadores a Roma, veio em princípio a Roma com um grande grupo de clientes, deixando para trás a Sabínia, seu local de origem, ao nordeste, depois de ter sofrido reveses políticos lá. Alguns poucos líderes de exércitos particulares ganharam um lugar de destaque na história da Itália central durante os séculos VI e começo do V. Alguns deles dominaram suas próprias cidades, enquanto outros procuraram riqueza e poder longe de sua terra natal. Romanos de anos tardios

gostavam de acreditar que seus reis tinham governado com o consentimento das famílias líderes e do povo. Na prática, entretanto, a entrada de indivíduos poderosos e seus seguidores na nova cidade deve ter sido equivalente a uma conquista. Na cidade etrusca de Vulcis, por exemplo, sobreviveu a tradição de que um líder de guerra importante de lá uma vez tomou e governou Roma. Em 460, no máximo, Appius Herdonius (Ápio Herdônio), da Sabínia, tomou o monte Capitolino (Capitólio) com um grupo armado e tentou sem sucesso dominar a cidade.

Uma das principais características de uma cidade-estado completamente formada era possuir uma comunidade organizada de cidadãos que desempenhavam seus papéis na política, na religião e na guerra. Em Roma, a massa de cidadãos homens adultos era conhecida como *populus Romanus*. Em algum ponto indeterminado, este *populus* ganhou o direito de conceder cargos a funcionários públicos e suas políticas, uma prática que posteriormente se tornaria oficializada como o voto. A maior parte da população romana estava integrada nas instituições da cidade através de grupos intermediários baseados no nascimento, reais ou imaginários. Em Roma, como em várias outras cidades, vários clãs ou *gentes* formavam uma grande unidade conhecida como *curia* (cúria – plural, *curiae*). As cúrias romanas, supostamente em número de 30, uniram-se para formar três tribos, os Tities, os Ramnes e os Luceres.

Como outros elementos da ordem social e política romana, essas cúrias tinham importantes funções religiosas. Em tempos tardios, mais bem documentados, as cúrias encontravam-se para refeições comunitárias durante os maiores festivais e para executar seus próprios ritos religiosos. Seus únicos cargos conhecidos, *curiones*, *libones* e *flamines*, eram também sacerdotes ou ao menos possuíam atribuições sacerdotais. As famílias mais antigas da aristocracia romana dominavam essas posições, e mantiveram este controle até bem depois de terem perdido o monopólio de outros postos sacerdotais no fim do século IV (ver Capítulo 3).

As tribos tinham um papel essencial na organização política e militar de Roma. Quando a cidade entrava em guerra, seu exército – os seguidores do rei e dos poderosos membros da elite, junto com algum tipo de tropa geral – era organizado pelas tribos, cada uma fornecendo sua própria unidade de cavalaria e infantaria. As famílias aristocráticas provavelmente dominaram seus contingentes tribais da mesma forma como dominaram as cúrias.

Durante o século VI, uma reforma suplantou esta organização de tribos e cúrias, mas não a eliminou. O sexto rei, Sérvio Túlio, supostamente criou novas formas de classificar e organizar a população – o começo do *census* (censo) romano, que em períodos posteriores seria uma das instituições centrais da cidade (ver Capítulo 3). O núcleo deste novo sistema era a compilação regular de uma lista de homens adultos romanos, na qual eram classificados por riqueza e por residência, mais do que por parentesco. No mundo da cidade-estado, os cidadãos forneciam suas próprias tropas e armas quando serviam a um exército da cidade. Os aristocratas claramente possuíam recursos para equipar-se desta maneira – eles certamente podiam gastar somas para depositar equipamentos militares em suas tumbas – e eles poderiam ter fornecido armas e armaduras aos seus seguidores também. O censo de Túlio dividiu os romanos entre aqueles que possuíam recursos para equipar-se para servir na infantaria (conhecidos como *classis*, “os convocados”) e aqueles que não possuíam (*infra classem*, “abaixo dos convocados”).

Cidadãos que pertenciam à *classis* – provavelmente junto com aqueles que serviam na cavalaria, e provavelmente também com aqueles classificados como *infra classem* – eram subdivididos em unidades conhecidas como centúrias

(*centuriae*; singular, *centuria*). Em sentido estrito, o termo centúria denota um grupo de exatamente cem homens; no entanto, em períodos posteriores ao menos, o tamanho da centúria podia diferir bastante desta suposta norma.

Unidades igualmente denominadas centúrias também ocuparam uma posição capital na organização dos exércitos romanos em campo, e de fato o uso do termo neste contexto militar quase certamente precedeu sua adoção no censo. Comandantes romanos formaram exércitos convocando cidadãos para encontros nos quais eles escolhiam seus soldados dentre aqueles elegíveis para servir. Uma força nascida desta forma era chamada de legião (*legio*; plural, *legiones*), que significava que se originou de um processo de seleção – o verbo *legere* significa tanto “coletar” como “escolher”. Sob os reis, a legião selecionada a cada ano constituía o exército da cidade. Em séculos posteriores, o termo veio a denotar uma unidade de mil homens servindo sob um dos comandantes que ocupasse o cargo naquele ano (ver Capítulo 3). Desde os períodos mais antigos de que temos informação, uma legião era sempre subdividida em seis centúrias. As centúrias do censo, entretanto, não eram as mesmas centúrias da legião. Posteriormente, com certeza, a primeira veio a incluir unidades eleitorais num tipo de assembléia de cidadãos (ver Capítulo 3) – função que pode inclusive ter sido a original – de forma que desde o início esta “assembléia de centúrias” representou os cidadãos em armas.

Embora talvez não fizessem parte do censo original, os cidadãos logo foram designados a tribos que recebiam membros a partir de territórios definidos. Sêrvio Túlio supostamente dividiu a cidade em quatro tribos “urbanas” segundo seus residentes, e este número nunca cresceu. Nesta mesma época ou pouco depois, tribos “rurais” foram adicionadas para os habitantes da área rural, e seu número crescia conforme seu território expandia. Essas tribos territoriais funcionaram como unidades de convocação de tropas do exército romano. Residentes da cidade reuniam-se para serviço militar em suas quatro tribos. Membros das tribos rurais provavelmente se encontravam em um centro de alistamento tribal, o qual seria um lugar importante, e sem dúvida fortificado, em seu território.

A criação por Túlio dessas tribos não requeria a eliminação daquelas três originais, que continuariam a desempenhar algumas de suas antigas funções. Consequentemente, os cidadãos romanos agora pertenciam a duas tribos em dois sistemas tribais diferentes. Com o tempo, entretanto, as novas tribos passaram a ser consideradas mais importantes que as antigas, e pertencer a uma delas tornou-se uma marca de cidadania. Por volta do século I a.C., havia alguns romanos que não conheciam sua própria cúria, mas todos eram capazes de definir sua tribo territorial.

Relatos da vida e do reinado de Sêrvio Túlio são cheios de acontecimentos dramáticos, mudanças de sorte, e narrativas de intervenção divina, e muitos dos incidentes registrados sobre a sua vida podem ser mais uma questão de mito do que de história. Descrições de suas reformas, além disso, contêm elementos que só se tornaram padrão em data tardia. Não obstante, os principais aspectos estavam provavelmente estabelecidos no máximo até o começo do século V. As mais antigas tribos territoriais, aquelas mais próximas da cidade, emprestavam nomes das famílias que eram proeminentes nas primeiras décadas da República, mas menos importantes posteriormente. Historiadores romanos posteriores pensavam que Túlio governou sem o consentimento do senado e que por vezes ele foi hostil a esta instituição. Em algumas cidades gregas contemporâneas, onde instituições como o censo romano podiam ser encontradas, a criação de uma lista de cidadãos e a refiliação da população a novas sub-unidades certamente

tiveram como efeito reduzir o poder de controle da aristocracia; novos modos de organização diminuíram a importância dos mais antigos, nos quais membros da elite possuíam direitos hereditários de liderança. As reformas atribuídas a Túlio poderiam ter tido objetivos similares – um estágio inicial no longo processo em que o poder político baseado num exército de seguidores pessoais daria lugar a um poder obtido e exercido por meios mais oficiais, coletivos e normatizados. Mas é possível que considerações práticas também tenham desempenhado um papel. No século VI, o território de Roma havia excedido sobremaneira o tamanho que possuía no séc. VII, de modo que tribos territoriais menores, e muitas delas, poderiam agora fazer da convocação de um exército uma operação mais rápida e conveniente.

Roma e os latinos

Uma identidade compartilhada ligava as cidades do Lácio. Mais tarde, escritores romanos afirmariam que o ancestral de todos os latinos foi *Aeneas* (Enéias), um nobre troiano que escapou de Tróia enquanto esta era sitiada pelos gregos. Depois de muitas aventuras, Enéias desembarcou no Lácio, próximo da futura cidade de Lavínio, onde formou um novo povo de seus próprios companheiros e de habitantes nativos desta área. Seu filho fundaria Alba Longa, sede dos reis que governariam o Lácio e fundou outras cidades latinas. Esta narrativa certamente não retrata os acontecimentos históricos: latinos não eram troianos e Alba Longa provavelmente nunca existiu como cidade e como sede de uma poderosa dinastia de reis. Mas o mito serve a uma proposta diferente: ele expressa um inegável senso de relação mútua percebida entre as cidades do Lácio, e também as conecta a um dos mais importantes “acontecimentos” na mitologia grega, celebrado em poemas épicos, a *Ilíada* e a *Odisséia*, que foram tão centrais na cultura grega. Além do mais, os habitantes do Lácio tinham muito em comum. Eles compartilhavam o nome de latinos (*nomem Latinum*), e usavam variantes da língua latina. Desde o começo da “cultura latina”, por volta de 1000, eles também possuíam uma cultura material comum.

A crença em uma identidade que transcendia as comunidades separadas do Lácio recebeu clara expressão no ritual religioso. Em certos festivais, povoados latinos reuniam-se para executar ritos coletivos. O Festival Latino, ou *Latiar*, celebrado em honra de Jupiter Latiaris (Jupiter da grande festa dos latinos), era o mais importante. A cada primavera, cidades e aldeias que possuíam o direito de participar – os romanos em tempos posteriores tinham conhecimento de trinta – compartilhavam sacrifícios comuns e banquetes sobre o Monte Albano, no suposto local de Alba Longa. O festival latino sobreviveu ao fim da independência política das comunidades latinas no século IV (ver Capítulo 3), porque os oficiantes romanos continuaram a supervisionar sua execução por séculos adiante. Os latinos também possuíam cultos comuns em outros lugares. Em Lavínio, um grupo de provavelmente treze cidades latinas realizaram sacrifícios em um santuário aos Penates, ou deuses do lar; séculos depois, quando Roma tomou o santuário, oficiantes romanos ainda executavam ali ritos aos Penates do Povo Romano. Outro grupo de cidades, centros urbanos, e aldeias compartilhavam a devoção no bosque da deusa Diana, em Aricia, e ali deve ter havido mais grupos que fizeram uso comum de bosques sagrados perto de Túsculo e Ardea. O rei romano Sêrvio Túlio supostamente estabeleceu outro santuário para Diana sobre o monte Aventino, fora dos limites da cidade de Roma, para uso de todos os latinos.

Esses santuários e os ritos que ali eram executados eram certamente antigos, embora a data de seu primeiro aparecimento seja desconhecida. Em dois dos sítios,

estruturas importantes de culto apareceram no século VI, justamente quando as cidades estavam construindo pela primeira vez templos para seus próprios deuses. Em Lavínio, arqueólogos encontraram o santuário dos Penates fora das fortificações da cidade. Nele, começando no século VI, foram construídos 13 altares monumentais, cada qual provavelmente pertencente a cada uma das cidades que ali faziam sacrifícios. Representações posteriores da estátua de culto de Diana sobre o Aventino, a qual teria sido colocada neste seu templo sobre monte, demonstra que este seria do século VI. Templos construídos dentro da cidade durante os séculos VI e V frequentemente ocupavam os sítios de santuários a céu aberto, nos quais atividades de culto datariam de bem antes. O mesmo pode ser verdade sobre os santuários inter-urbanos em Roma, Lavínio e outros lugares.



Mapa 2.3 – Lácio e Etrúria meridional.

O sentimento de identidade compartilhada dos latinos também encontrou expressões em outras formas. No mundo grego, a cidade-estado ideal ou *polis* era uma comunidade fechada: poucas pessoas de fora se tornavam cidadãs, casamentos entre não-cidadãos eram por vezes desencorajados, e o direito de propriedade era restrito aos cidadãos. As cidades latinas eram menos excludentes – ao menos com relação aos outros latinos. Mais tarde, todos os latinos possuíam o direito de *conubium*, permitindo o casamento legal com um residente de uma outra cidade latina (filhos do casamento ganhavam o status de cidadania do pai; filhos nascidos fora do casamento recebiam o status de cidadania da mãe). Do mesmo modo, o direito de *commercium* permitia aos latinos ser proprietários de terras em qualquer cidade latina e a fazer contratos amparados pela lei com seus cidadãos. Além disso, todos os latinos tinham o direito (*ius migrationis*) de obter cidadania em qualquer outra cidade latina meramente por ali residir. Esses direitos adquiriram expressão oficial não depois do século IV, embora seja provável que fossem, de alguma forma, bem mais antigos. Tais direitos compartilhados – e também ritos religiosos comuns – podem ser relíquias de um tempo anterior àquele no qual o aparecimento das cidades dividiu os povos do Lácio em comunidades marcadamente separadas.



Figura 2.2 – Fora dos muros da cidade de Lavínio, não muito longe dos 13 altares das cidades latinas, um templo da deusa Minerva foi construído por volta de 500. No século III, o templo foi aparentemente limpo e remodelado, e depois de cem anos estátuas de terracota foram colocadas em um depósito votivo. A estátua apresentada é de Minerva, provavelmente a estátua de culto original do templo.

Apesar de todas essas características compartilhadas, os latinos não eram politicamente unificados. A proliferação de centros de ritos e cultos, compartilhados pelas cidades em várias combinações, claramente demonstra a ausência de uma única organização soberana, religiosa ou política, durante os séculos VII e VI. Comunidades latinas certamente travaram guerras umas contra as outras, e as maiores e mais poderosas delas competiam entre si por primazia, quase sempre à custa das comunidades mais fracas. Nessas circunstâncias, as cidades cresceram pela guerra, e as instituições políticas que mais tarde uniriam as comunidades latinas resultaram da dominação de alguns poucos centros, e por fim da liderança de um único, Roma.

Autores romanos posteriores pensavam que sua cidade, sob os seus reis, conduzira outras cidades latinas. Embora a extensão do poder de Roma permaneça incerto, esta afirmação é de algum modo correta. Políbio (*Histórias* 3.22), um historiador grego do século II a.C., registrou um tratado entre Roma e a cidade de Cartago, no norte da África, em que ele afirmava ter sido preservado em uma inscrição. Neste tratado, provavelmente concluído em torno de 500, os cartagineses se comprometiam a não prejudicar nenhuma cidade latina sob o domínio romano, e a não atacar nenhuma cidade latina litorânea independente de Roma. O tratado nomeia alguma das cidades litorâneas sob o jugo romano: Ardea, Anzio, Lavínio, Circeii e Tarracina – a última a 60 milhas (96 km) ao sul de Roma. Este tratado, portanto, ilustra claramente que Roma tomou para si a liderança dos latinos, e também mostra que seu governo era contestado e sofria resistência por parte de algumas cidades latinas. Enquanto a sorte de Roma crescia ou declinava, sua habilidade para controlar essas cidades se fortalecia ou enfraquecia proporcionalmente.

Inícios da República

No século VI, Roma era uma das maiores e mais ricas cidades da Itália. No fim deste século, entretanto, Roma e muitos de seus vizinhos entraram num período de grande turbulência. Em Roma propriamente, este período coincide com uma importante mudança no governo, com o fim da monarquia e o começo da República romana. O primeiro século da República é quase tão obscuro quanto a história da Roma monárquica. Mais uma vez, nossa evidência da história da cidade neste período é baseada na arqueologia, em poucas inscrições, e nas mesmas fontes literárias examinadas anteriormente neste capítulo. Os escritores romanos que tentaram relatar a história romana deste período novamente encheram suas narrativas de maravilhas e construções, e suas crenças de que a República funcionou no começo tal como posteriormente quase certamente conduziu a muitas distorções. Mas enquanto muitos dos maiores desenvolvimentos são razoavelmente claros, é difícil para nós posicionar os acontecimentos em contextos políticos e sociais específicos, e é impossível escrever uma narrativa contínua exata e detalhada deste século.

Começo da República

A monarquia romana terminou com o século VI em meio a décadas de conflitos que parecem ter abalado muitas cidades da Itália. Historiadores romanos descreveram posteriormente a expulsão do último rei, Lucio Tarquínio, O Soberbo, em termos que justificavam sua queda, apresentando-o no jargão convencional como tirano, e oferecendo detalhes apropriados a tal figura e a sua família. O episódio central de sua queda foi uma investida de seu filho, Sextus Tarquinius (Sexto Tarquínio), sobre Lucrecia, a esposa de Lucius Tarquinius Collatinus (Lucio Tarquínio Colatino), e o suicídio subsequente dela. Conta-se que, por causa disso e de outros crimes, membros proeminentes da elite romana, especialmente Lucius Junius Brutus (Lucio Juno Britu), Collatino e Publius Valerius Publicola (ou Poplicola) (Públio Valério Públicola), exploraram a ausência do rei para tomar a cidade e iniciar a República. Quaisquer que sejam os fatos em questão, é certo que reis um dia governaram Roma e também que, no século V, eles já não mais governavam. Roma não estava sozinha nesta transição, pois algumas cidades etruscas passaram por uma mudança similar nos séculos VI e V.

Romanos de data posterior acreditavam que o fim da monarquia marcou o começo das maiores instituições políticas da República, mas a transição não foi exatamente desta forma e nem tão clara. Líderes poderosos ainda possuíam seguidores armados, e pode ter parecido uma questão aberta aos contemporâneos se um novo rei apareceu ou não. Um fragmento de inscrição em latim arcaico recentemente descoberto, da cidade de Satricum, conhecido como *Lapis Satricanus*, registra uma dedicatória feita ao deus Marte por um grupo que se identifica como *soudales* de Poplios Valesios. Soudales ou são membros de uma associação religiosa de iguais, ou guardas de elite de um indivíduo proeminente; de modo concebível, o seu líder poderia ser Públio Valério Públicola, conhecido dos autores romanos posteriores. Em qualquer caso, o texto mostra que existia algum tipo de líder com seguidores pessoais por volta de 500. No século V, como podemos notar, a cidade etrusca Veios, que fica próxima, primeiro expulsou seu rei e então, depois de um intervalo substancial, colocou outro no lugar.

Na República romana, os magistrados tomaram o lugar do rei. Magistraturas distribuíram poder mais amplamente entre os ricos e poderosos, talvez o motivo

pelo qual muitas cidades terminaram por descartar seus reis. A frequente substituição dos reis por oficiais eleitos, além do mais, pode ter sido um sinal de que as famílias aristocráticas de muitas cidades italianas nunca se reconciliaram totalmente com o governo de um só homem; em períodos posteriores, ao menos, a resistência à monarquia e à tirania foi um elemento central em sua ideologia. Roma viria posteriormente a possuir uma hierarquia de cargos, cada um com suas próprias obrigações e poderes. Cada cargo era anual – seus ocupantes serviam somente por um ano – e colegiado; mais do que um indivíduo exercia o poder da posição ao mesmo tempo, e cada qual podia fiscalizar ações impróprias dos colegas. Mais tarde, a duração diminuída e a divisão do poder do cargo seriam vistas como um dos principais arrimos da liberdade, e isto pode muito bem ter sido verdadeiro desde longa data. Outras cidades também vieram a contar com oficiais como estes de Roma, embora houvesse variações significativas no número de magistrados e seus poderes.

Em boa parte do século V, houve alguma instabilidade e experimentações nos cargos de Roma e nas regras que os concerniam. Historiadores romanos posteriores identificariam a República com os dois cônsules que eram eleitos anualmente (ver Capítulo 3). A predominância do consulado, entretanto, não se fixaria antes do século IV. Durante a segunda metade do século V e começo do IV, os romanos escolhiam tribunos militares com poderes consulares (*tribuni militum consulari potestate*). De início esses tribunos serviam em grupos de três ou quatro, mas finalmente seis seriam escolhidos na maior parte dos anos. Alguns historiadores posteriores pensavam que o tribunato consular era inferior ao cargo de cônsul em poder e suas prerrogativas religiosas; por quais razões os romanos valeram-se deles por algum período continua obscuro. Talvez possuir um grande número de funcionários era ocasionalmente mais importante que ter poucos magistrados com maior poder.

Em tempos de emergência, os romanos valiam-se de um cargo com poderes extraordinários. Nos séculos IV e III, os magistrados romanos apontavam um homem para servir como ditador em tempos de emergência, ou em uma grande guerra, quando um comando unificado parecia desejável. Ditadores não eram eleitos. Ao contrário, um cônsul designava um único homem para o posto em uma cerimônia que acontecia no fim da noite. O novo ditador então apontava o “chefe de cavalaria” (*magister equitum*) como segundo-em-comando para auxiliá-lo. Acreditava-se que os ditadores possuíam o poder indivizível dos velhos reis da cidade, e eles se cercavam com símbolos do poder real; talvez por esta razão, eles eram atados por um ritual a uma série de proibições que limitavam sua conduta. Um ditador permanecia no cargo por seis meses ou enquanto durasse a emergência, o que fosse mais breve; enquanto isso os cônsules permaneciam no cargo, mas serviam sob o comando do ditador. As origens deste cargo certamente recaem nas guerras e desordens cívicas do século V.

Magistraturas anuais exigiam um processo de seleção. Em períodos posteriores, os cidadãos romanos, em encontros nas assembléias, elegiam indivíduos para preencher esses postos (ver Capítulo 3). Tais assembléias certamente funcionaram durante o século V, e devem ter funcionado sob os reis, mas pouco se sabe sobre o seu poder e de seu modo de operação nesta época. No século I a.C., uma assembléia de cúrias (*comitia curiata*) reuniu-se para ratificar a escolha de oficiais feita por outros, para testemunhar a iniciação de sacerdotes, e aprovar certas adoções e resoluções. Nesta data, quando esta assembléia reuniu-se, cada uma das 30 cúrias era representada por um único cidadão, que dava seu voto. Na Roma antiga, esses encontros devem ter sido mais bem executados, mas as suas funções não devem ter sido diferentes: registrar o

consentimento ou testemunhar as ações de um líder pode ter sido tudo o que dela se podia esperar. Assembléias organizadas por tribos ou por centúrias também operaram durante o primeiro século de existência da República. Posteriormente, a assembléia “Centuriata” escolhia os mais altos oficiais e faziam julgamentos de casos importantes. Não se sabe ao certo quando ela ganhou essas funções, mas um código de lei das Doze Tábuas, da metade do século V, faz menção à “maior das assembléias” que tomou decisões judiciais do mesmo tipo de casos julgados posteriormente pelas centúrias. O adjetivo “maior” demonstra que esta não era a única assembléia de cidadãos desta época.

Algumas leis do século V dão uma pista da sociedade romana de seu tempo. De acordo com historiadores romanos bem posteriores, a agitação popular visando limitar os poderes dos cônsules e tornar as leis públicas escrevendo-as pela primeira vez levou à criação em 450 de uma comissão especial de dez homens ou “decemvirs” (*decemviri*). Eles tinham poder supremo por um ano, substituindo os cônsules, e no fim deste ano tinham de produzir um corpo de leis para regular a República. Em alguns relatos, uma segunda comissão fôra escolhida para completar o serviço no ano seguinte. O resultado final foi as “Leis das Doze Tábuas”, que serviu por séculos como o texto fundamental da lei romana. Os registros de ambas as comissões são recheados de elaborações típicas de nossas fontes. O segundo grupo de decemviri foi pintado com cores tirânicas: um de seus membros, *Appius Claudius* (Ápio Cláudio), cobiçou Verginia, que foi morta por seu pai para evitar que fosse tomada pelo futuro tirano. Este episódio possui óbvias similaridades com a história de Lucrecia e, como esta, serve para justificar os ataques dos ocupantes de cargos legítimos. As ações de Claudio supostamente resultaram na queda dos decemviri e na moderação de suas medidas. As leis, entretanto, existiram, e algumas de suas cláusulas sobrevivem.

Dito isto, essas Leis das Doze Tábuas não eram um código no sentido moderno. Elas não davam um tratamento sistemático ao conjunto das leis. Ao contrário, eram uma coleção de cláusulas específicas, detalhadas e estreitamente focadas. Elas se adequam melhor a uma sociedade em que a família e a habitação doméstica eram as unidades fundamentais da vida social, e a agricultura e a criação de animais as atividades econômicas primárias. Os autores das leis trataram aspectos de casamento e divórcio, herança, e dos direitos do pai sobre os membros de sua propriedade familiar. Eles procuraram regular disputas sobre a propriedade de terras e suas fronteiras, edifícios e cercamentos rurais, a criação de animais, árvores frutíferas e escravos, assim como conflitos ocasionados por ofensas a pessoas ou a propriedades. Questões processuais eram fonte de problemas. Roma não possuía nem uma força policial nem uma burocracia, de modo que a parte que acusava era responsável por notificar as outras partes, por assegurar o seu comparecimento para o julgamento no Fórum ou Comício, e por efetuar a cobrança das decisões e resultados de quaisquer julgamentos. Quando o réu não aparecia para o interrogatório, as Doze Tábuas autorizavam a acusação, depois de reunir testemunhas, a buscar os réus à força e trazê-los à corte. (Se os réus estivessem velhos ou doentes, entretanto, a parte acusadora tinha de fornecer uma carruagem; assentos eram opcionais.)

Dívidas e suas consequências estavam entre as preocupações centrais dos legisladores. Em Roma, assim como em outras cidades do Mediterrâneo antigo, dívidas podiam sujeitar pequenos agricultores a um estado de dependência permanente (ver Capítulo 1). As Doze Tábuas prescreviam que os credores deveriam assegurar o aparecimento do devedor na corte, e deveriam conduzir todos os julgamentos. Os devedores tinham 30 dias para pagar uma dívida em falta ou para cumprir a decisão de um julgamento contra eles. No caso em que o

devedor não pagasse no prazo, o credor podia buscá-lo e prendê-lo, a menos que alguma outra pessoa se comprometesse a pagar a dívida, se o devedor fugisse. Como etapa seguinte o credor levava o devedor ao Fórum em três dias sucessivos de funcionamento dos órgãos públicos; se a dívida ainda assim não fosse paga, ele poderia então vendê-lo como escravo, “no estrangeiro, do outro lado do Tibre”. A Etrúria localiza-se do outro lado do Tibre em relação a Roma e ao restante do Lácio, de modo que “no estrangeiro, do outro lado do Tibre” pode indicar que os romanos não podiam ser mantidos como escravos dentro de Roma ou no Lácio. Embora as Doze Tábuas mencionem isto somente de passagem, um outro modo de um devedor satisfazer a um credor era entrar numa relação de servidão por dívida, ou *nexum*; tais pessoas (*nexi*) serviam seus credores enquanto a dívida não fosse quitada.

Roma e seus vizinhos no século V

As circunstâncias em que os romanos se encontravam mudou dramaticamente por volta de 500. Em consequência, o século V parece ter sido um tempo difícil para os habitantes do Lácio, Campânia e as cidades gregas do sul. As planícies costeiras ocupadas do oeste e sul foram abaladas por migrações de povos e bandos de guerreiros vindos d’além-mar. Os habitantes dos vales e planaltos das terras altas da Itália central não viviam em um ambiente social urbanizado. Aldeias eram as principais formas de povoamento ali, e em suas economias o pastoreio parece ter sido mais importante que a agricultura. Ataques parecem ter sido uma constante; algumas aldeias dividiam refúgio em cumes de montanhas fortificados, onde poderiam se abrigar junto com seus rebanhos quando atacados. Por volta do começo do século V, as elites governantes começaram a se fundir e formar federações. Embora essas combinações não tenham resultado em cidades e numa vida social mais complexa a elas associada, tais aldeias foram capazes de ação coletiva numa escala maior que anteriormente, especialmente quando se tratava de invasões, de ataques e de defesa.

Um aspecto da vida das montanhas somou-se aos problemas das cidades nas planícies costeiras. Em resposta à fome, escassez de terras e outros infortúnios, os habitantes das montanhas da Itália central desenvolveram o costume de dedicar algumas de suas crianças aos deuses, e depois expulsá-las quando se tornassem adultos, de modo que eram forçados a procurar casa e terra em outros lugares. Esta prática difundida, conhecida como “Primavera Sagrada”, pode ter sido estabelecida há muito tempo (considerável uniformidade da língua entre esses habitantes das montanhas reforçava a probabilidade de que tivessem um ancestral comum).

No começo do século V, os habitantes das montanhas – como invasores fazendo pilhagens, ou jovens homens procurando por novas terras para residir – começaram a exercer pressão populacional nas planícies costeiras. Em 473, as cidades gregas de Tarento e Regio tentaram impedir que os Messápios da Apúlia formassem novas ocupações, e em consequência eles sofreram o que Heródoto (7.170) chamou de a mais severa derrota já experimentada pelos gregos. As cidades da costa oeste – gregos, latinos e os etruscos da Campânia – também foram atacadas. Na Campânia, um bando de guerreiros das montanhas do Samnio capturou a etrusca Cápua em 423 e a grega Cumas por volta de 420. Mais tarde, o historiador Diodoro Sículo (12.76.4) relataria que os samnitas derrotaram os gregos de Cumas em batalha, sitiaram e capturaram sua cidade, escravizaram os sobreviventes e tomaram para si a cidade e suas mulheres. Bem mais ao sul, os

lucânios atacaram Thurii (uma cidade recém-fundada sobre o sítio de Síbaris) em 433 e capturaram Poseidônia em 410. No fim do século, Vélia e Neapolis (a moderna Nápoles) eram as únicas cidades gregas remanescentes na costa do Tirreno. Ao longo da costa sul (ou Jônica), os maiores centros gregos sobreviveram, embora dali em diante sua prosperidade e poder tenham sido grandemente eclipsados.

O Lácio sofreu também, e muito severamente no caso de algumas cidades. Sabinos, volscos e équos emergiram das montanhas que margeavam o Lácio num arco que ia de nordeste a sudeste; arqueólogos encontraram alguns de seus refúgios fortificados nos cumes das montanhas. Mesmo Roma sofreu essas depredações, e algumas cidades latinas caíram. Autores romanos relatariam mais tarde batalhas próximas das cidades e afirmariam que Roma conduzira os outros latinos na defesa comum. Poderia ser que Roma tivesse exercido esse tipo de liderança, mas não sabemos como ela se equiparou ao papel desempenhado por alguns dos maiores centros latinos, como Tibur e *Praeneste* (Palestrina). Em qualquer caso, por volta do fim do século, Roma e seus aliados latinos tinham poder superior. Primeiramente, volscos, équos e sabinos foram rapidamente repelidos, e depois rechaçados. Neste processo, as cidades latinas que foram derrotadas ou abandonadas foram reocupadas como colônias (*coloniae*, singular, *colonia*). Aqui os vitoriosos estabeleceram novos colonos para servir nas guarnições, deram-lhes terras em torno da cidade que haviam sido liberadas pela vitória, e organizaram uma cidade-estado com governantes próprios. Por último mas nem por isso menos importante, as terras refundadas foram reconhecidas como aliadas de Roma e as outras cidades latinas.

A tradição romana associou algumas figuras exemplares a essas guerras. *Gnaeus Marcius Coriolanus* (Gneu Marcio Coriolano), que mereceu seu terceiro nome ou *cognomen* por sua liderança das tropas que capturaram a cidade volscas de Corioli (sua exata localização não é mais conhecida), deixou Roma por causa de sua impopularidade ali e se refugiou com os volscos que ele havia acabado de derrotar. Tornando-se líder dos volscos, Coriolano conduziu suas tropas contra os romanos com grande sucesso e (conta-se) falhou na captura de Roma somente porque ele atendeu aos apelos de sua mãe Vetúria e de sua esposa Volumnia, exemplos da virtuosidade matriarcal romana. *Lucius Quinctius Cincinnatus* (Lucio Quinto Cincinnato) fornece um exemplo mais positivo. Em 458, Cincinnato foi convocado de suas terras para servir como ditador depois que os équos emboscaram tropas romanas nas montanhas. Em 16 dias, ele havia reunido um exército, derrotado os équos, resgatado o exército romano, renunciado ao seu cargo de ditador e retornado à sua fazenda. Não deve haver exemplo melhor de cidadão modesto e cumpridor de seus deveres. Embora haja muito embelezamento nessas histórias, que sem dúvida cresceram ao ser recontadas, deve haver pessoas e situações reais por trás delas.

Luta das ordens

Nos séculos V e começo do IV, Roma também deparou com conflitos internos que acompanharam suas guerras no estrangeiro. Historiadores romanos posteriores incluíram em suas histórias relatos frequentes de fome, e de disputas por causa de terra e dívidas. Ausência de alimento e disputas pelo campo e sua produção são ocorrências comuns em sociedades agricultoras pequenas, e as guerras do século V, com sua perturbação da organização social e devastação dos campos, devem ter agravado a situação. Competição entre os membros da elite

romana pela liderança da cidade deve muitas vezes ter levado à violência e desordem. Esta disputa, entretanto, foi agravada por conflitos mais profundos, refletindo aspectos da organização básica da República e da sociedade romana em geral. Especialistas modernos chamam estes conflitos de “luta das ordens”.

Certos tipos de conflitos eram endêmicos nas cidades-estados arcaicas tanto da Itália como do mundo grego. Um concernia ao acesso às magistraturas porque, depois da expulsão dos reis, as famílias líderes quase sempre tentavam monopolizar os novos governantes em suas comunidades. Uma segunda área de conflito estava relacionada com o poder dos oficiais de punir à vontade. A terceira e última envolveu os papéis dos magistrados e assembléias de cidadãos, em particular a habilidade destas assembléias em escolher os oficiais livremente e em fazer leis exigindo ou proibindo certas ações dos magistrados. Cada uma dessas fontes de conflitos estava presente em Roma durante os séculos V e IV, embora todas não necessariamente fossem matéria de controvérsia simultaneamente.

Historiadores romanos de data tardia acreditavam que um longo conflito entre dois grupos opostos, *patrícios* e *plebeus*, caracterizou os primeiros séculos da República. Para ser um patrício, um romano tinha de pertencer a uma dentre poucas famílias. As origens do patriciado são desconhecidas: desde o século VIII, em Roma e outros lugares, famílias ricas e poderosas assumiram papéis de liderança em suas comunidades e alguns, ou muitos, daqueles que edificariam o patriciado romano teriam sua origem aí. Em qualquer caso, os patrícios romanos clamavam por privilégios que reforçavam sua liderança. Mais tarde, historiadores romanos acreditaram que os patrícios gozavam o direito exclusivo de possuir um alto cargo na República. Entretanto, esta crença só pode ser aceita com modificações. Nas listas daqueles que serviram como cônsules ou tribunos militares com poderes consulares durante os séculos V e começo do IV, a maioria esmagadora de nomes de fato pertencia às *gentes* que eram ou patrícios ou conhecidos por terem incluído patrícios. Mas alguns registros, a maioria deles concentrados na primeira metade do século V, trazem nomes que eram de plebeus em datas posteriores. Em alguns poucos casos, um oficial com um nome aparentemente plebeu pode ter pertencido a um tronco patrício de sua família que se extinguiu sem deixar traços mas, como explicação geral, isto provavelmente não é suficiente. Com toda a probabilidade, com a fundação da República, certas famílias foram capazes de estabelecer um monopólio sobre os novos oficiais, embora isso talvez não fosse tão certo nem absoluto como os autores romanos mais tardios acreditaram.

Os patrícios também afirmavam ter direitos exclusivos sobre a vida religiosa de Roma, um aspecto central da vida coletiva. É verdade que cargos sacerdotais por longo tempo permaneceram como prerrogativa do patriciado, e requisições de cargos seculares também se baseavam em fundamentação religiosa. Os reis romanos e os magistrados que os sucederam possuíam como um poder de seu cargo o direito de fazer presságios (*auspicium*), ritos pelos quais um funcionário público procurava a aprovação dos deuses para exercer seu cargo pela primeira vez e, enquanto servir, consentimento divino a todas as suas ações oficiais. Os patrícios viam os auspícios como pertencentes a eles. Em séculos posteriores, em raras ocasiões em que ambos os cônsules morreram em trabalho, acreditava-se que os auspícios deviam de alguma forma retornar aos patrícios. Um senador patrício era então escolhido como *interrex* por cinco dias, seguido por outros que ocupavam o seu lugar, até que um deles fosse capaz de organizar uma eleição de novos cônsules. Os historiadores romanos acreditavam que o *interrex* era uma instituição monárquica, com *interreges* servindo entre a morte de um rei e a

instalação de seu sucessor. O nome propriamente – “entre reis” – parece confirmar esta crença.

Os plebeus são mais obscuros que os patrícios. Os plebeus certamente eram muito mais numerosos que os patrícios, mas eles não englobavam necessariamente todos os habitantes de Roma fora do grupo dos patrícios: é possível, por exemplo, que os clientes das maiores famílias não fossem nem patrícios nem plebeus. A plebe romana não era um grupo muito homogêneo, pois continha indivíduos com uma gama de status e papéis na cidade. Alguns nem eram pobres, embora a maioria o fosse. Nos séculos V e começo do IV, os plebeus conseguiram fornecer líderes de sua própria classe, de modo que alguns plebeus tiveram reputação na comunidade. Como resultado, a massa dos plebeus não deve ter sido muito homogênea em seus propósitos. Assuntos de distribuição de terras e de dívida devem ter preocupado mais os pobres do que os abastados, enquanto o acesso ao posto deve ter interessado aos líderes dos plebeus mais do que ao grosso de seus seguidores. Nessas circunstâncias, a liderança plebéia deve ter sido mais capaz de reunir seguidores em tempos em que as dívidas, altos preços dos alimentos e a pobreza estavam especialmente muito opressivos. Historiadores romanos posteriores acreditavam que a principal arma dos plebeus era a “secessão”, um tipo de greve em tempos de guerra, e que seus maiores sucessos derivaram disto. Em uma secessão, membros plebeus de um exército podiam se retirar a uma montanha fora de Roma, escolher seus próprios líderes e se recusar a cooperar com os magistrados da cidade até que as suas queixas fossem respondidas.

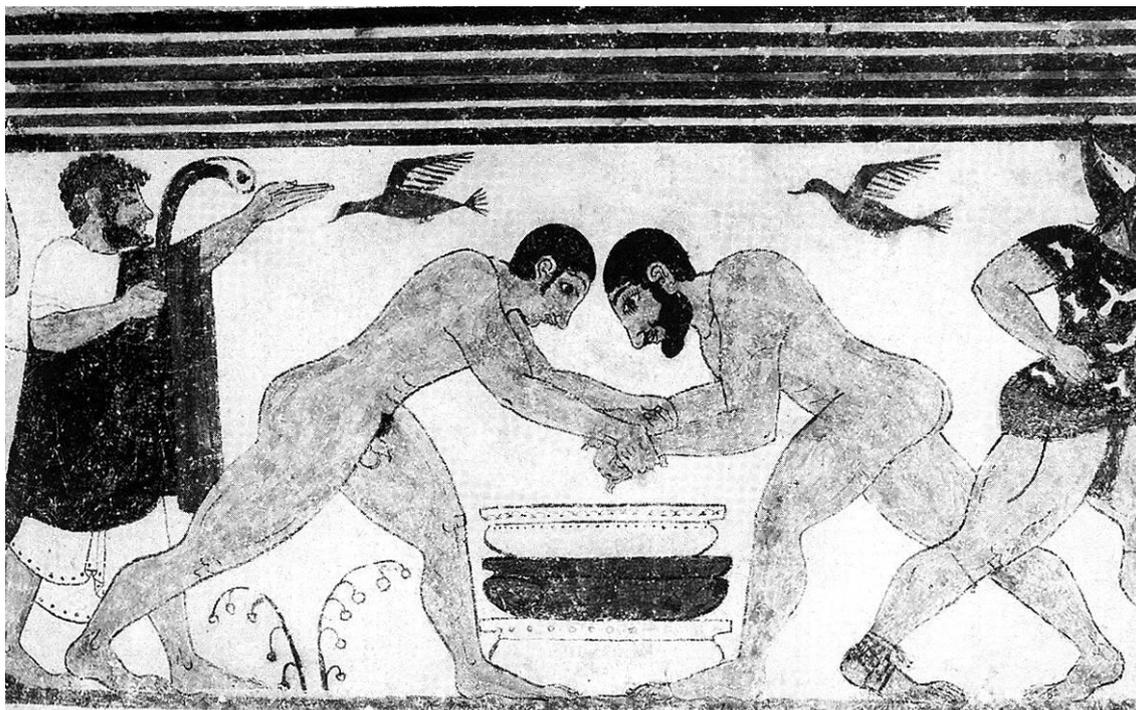


Figura 2.3 – Neste afresco de aproximadamente 500 a.C., da “Tumba dos Augures”, em Tarquínia, dois homens lutam sobre três caldeirões de metal, os quais provavelmente são os prêmios desta competição. A figura com manto à esquerda carrega um bastão curvo ou *lituus*, que era um sinal de realeza e, em Roma, uma marca dos sacerdotes conhecidos como adivinhos, que se encarregavam dos “auspícios”. Um dos principais modos de fazer presságios era definindo um campo de visão com um *lituus*, e então observar dentro deste campo o comportamento dos pássaros. Aqui, a figura com manto está supervisionando a competição, enquanto o *lituus* e os pássaros voando sobre os combatentes devem indicar que ele estava procurando prever o resultado.

O sucesso dos plebeus criou uma organização dupla na cidade. Cônsules e tribunos militares eram vistos como líderes do povo romano como um todo, o *populus Romanus*, e deles se esperava providenciar liderança política, militar e religiosa em matérias de interesse geral. Enquanto isso, os plebeus criaram uma organização paralela de oficiais e cultos que concernia somente a questões específicas das plebes e, ao menos em teoria, não afetou o restante do *populus Romanus*. A primeira grande conquista dos plebeus foi o direito de escolher os seus próprios líderes, os tribunos da plebe (*tribuni plebis*); com este título pretendia-se fornecer um claro contraste com os tribunos militares (*tribuni militum*, literalmente “tribunos dos soldados”), que eram, em muitos desses anos, os principais oficiais da República. Ao mesmo tempo, os tribunos plebeus, e os *aediles* (edis), plebeus que os assistiam, estabeleceram seus próprios locais de culto no templo de Ceres, a deusa dos grãos, sobre o Monte Aventino; a estreita relação entre os principais oficiais da cidade e o templo de Jupiter Optimus Maximus sobre o Capitólio pode ter servido como um modelo. Em períodos posteriores, as plebes romanas encontravam-se nas tribos para eleger tribunos, e este bem pode ter sido o caso no século V também.

Muita da história inicial do tribunato é obscura. Historiadores romanos tardios acreditavam que o poder deste cargo começou com a eleição dos primeiros tribunos, mas quase certamente não foi este o caso. Por volta do século II, os tribunos das plebes adquiriram uma gama de funções – proteger indivíduos, bloquear ações oficiais que eles consideravam impróprias, convocar o senado, propor legislação – mas eles não adquiriram todas de uma só vez. Primeiro, suas responsabilidades devem ter sido limitadas a proporcionar liderança e proteger indivíduos ameaçados por um tratamento muito severo por parte dos magistrados. Historiadores romanos tardios concordam que uma queixa importante dos plebeus dizia respeito a sua vulnerabilidade a ações arbitrárias dos magistrados. Há inúmeros relatos de cônsules que executavam ou puniam indivíduos por causa de inimizades pessoais, diferenças políticas, ou o desejo de tomar suas posses. Muitos detalhes podem ser invenções, mas a reivindicação básica é provavelmente precisa. *Auxilium*, a doação de ajuda, era central ao cargo dos tribunos. Eles ainda tinham o direito de intervir fisicamente entre um oficial e as vítimas de sua ira, libertando as vítimas ou evitando que o oficial e seus criados apoderassem-se delas. A autoridade de sua presença física era reforçada pela sua “sacro-santidade”. Os plebeus faziam um juramento de considerar quem quer que pusesse as mãos num tribuno como um criminoso sujeito a ser morto sem culpabilidade; a frase usada para indicar a natureza da pena – “amaldiçoado seja” (*sacer esto*) – mostra que o culpado era de algum modo visto como condenado a pagar uma pena aos deuses.

No fim do século V, então, algumas das instituições políticas e religiosas características da Roma republicana já estavam definidas, embora viessem a ser largamente modificadas e ampliadas nos séculos seguintes. Ao mesmo tempo, por causa das guerras constantes durante o século V, os romanos preservaram muito do seu papel de liderança no norte do Lácio. Aqui, também, esta base de seu poder seria muito ampliada nos séculos seguintes.